

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 019

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 019

19ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Dr. Batista 08

Dep. Geraldo Cartário 09

Dep. Felipe Lucas 09

Dep. Caíto Quintana 10

Grande Expediente:

Dep. Edson Strapasson 11

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 13

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 14

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 16

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 17

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 18

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 19

Liderança do PMDB

Dep. Artagão Júnior 20

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 23

Redação Final 25

2ª Discussão 25

1ª Discussão 28

Requerimentos 29

Encerramento da Sessão 29

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 30

Diretoria Geral

Portarias 33

Portarias DAT 34

DIÁRIO Nº 019

19ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE MARÇO DE 2008**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Beti Pavin e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas

Fabício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luciana Rafagnin e Pedro Ivo (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 438/08/GS do Sr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita esclarecimentos sobre os 06 (seis) últimos leitos de UTI neonatal instalados na Santa Casa de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, 17 de março de 2008.

Senhor Presidente:

O Deputado Elton Welter, vem à presença da V. Sa. requerer o pagamento de passagens aéreas de Curitiba/Foz/Curitiba, a fim de representar a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 20 de março próximo em Foz do Iguaçu, onde inclui o ato de entrega dos primeiros contratos de cessão de uso de águas públicas da união, para fins de aquíicultura e anunciará também recursos do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC.

Pede deferimento.

(a) ELTON WELTER

Indicações

INDICAÇÃO Nº 056/08

SÚMULA:

Propõe reforma e construção de cobertura da quadra poliesportiva para o Colégio Estadual Vinícius de Moraes no município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1 - solicita reforma e construção de cobertura da quadra poliesportiva para o Colégio Estadual Vinícius de Moraes no município de Colombo;

2 - Justificativa:

O colégio atende aproximadamente 1.400 alunos e já possui quadra, que necessita de reformas no piso, pois contem muitas rachaduras e as tabelas existentes foram providenciadas pelo colégio. A quadra é também utilizada para festas e torneios, além das atividades escolares, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A reforma e cobertura da quadra poliesportiva se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) EDSON STRAPASSON

INDICAÇÃO Nº 057/08

SÚMULA:

Propõe reforma e construção de cobertura da quadra poliesportiva para o Colégio Estadual Frei Beda Maria no município de Itaperuçu.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1 - solicitar reforma e cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Frei Beda Maria no município de Itaperuçu;

2 - Justificativa:

O colégio atende aproximadamente 577 alunos. A quadra existente foi feita pela APMF, encontra-se em situação de uso, mas necessita de reformas no piso e de cobertura, para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, como na prática de esportes e aulas de Educação Física, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar qualidade e melhores condições no ambiente de ensino.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) EDSON STRAPASSON

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 622/07, que declara de utilidade pública a Escola de Náutica e Marinha de Guaratuba - ENAMAR, com sede e foro no município de Guaratuba, por existir a Lei nº 15502, de 06/06/07.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Atílio Rotta, ocorrido em 10/03/08, no município de Três Barras do Paraná/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa Irês Rotta, enviando correspondência à comunidade Rosário do Oeste - Três Barras do Paraná/PR.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É justo prestar uma última homenagem a um dos moradores mais antigos de Três Barras do Paraná. Há 40 anos vivendo neste município, Atílio Rotta foi um desbravador, lutando incansavelmente para criar sua família e para ajudar no desenvolvimento desta localidade.

Homem de bem, soube em vida deixar uma grande marca de honestidade e caráter. Seus três filhos, Renildo, Leomar e Josiane, criados com muito esmero e disciplina, com certeza sentirão amargamente a ausência do pai que, acima de tudo, foi um grande amigo.

O seu falecimento abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Seus filhos e sua esposa têm a difícil tarefa de dar continuidade na luta empreendida em vida pelo falecido. Pessoa de fé, nunca se ouviu falar que tencionou praticar o mal a quem quer que seja. Pai devotado, amava seus filhos. Esposo leal, vivia feliz ao lado de sua esposa, dona Irês Rotta.

Ficará o seu legado, que os seus amigos e principalmente seus familiares haverão de dar seqüência. O sentimento é de tristeza e desânimo. Mais um companheiro que partiu desse mundo. Devemos agora nos unir em oração rogando a Deus que o acolha e lhe reserve um espaço abençoado.

Aceitem os nosso sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteri-

dade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Olinda Rüppell Sotto Maior, mãe do Diretor Legislativo desta Casa, Ilmo. Sr. Severo Sotto Maior e do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná Sr. Olympio de Sá Sotto Maior Netto, ocorrido no dia 14/03/08.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, a avenida Edgard Stelfeld, 1312, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

É para nós uma imensa tristeza perder esta cidadã e educadora exemplar, uma companheira honrada, pessoa boníssima e querida por todos. À época desempenhando a função de Inspetora Regional de Ensino da Região Metropolitana de Curitiba, enalteceu a profissão com seu brilho e sua competência. Deixa lembrança imortal entre colegas, amigos (as) e familiares.

O falecimento da Sra. Olinda Rüppell Sotto Maior, professora aposentada e Cidadã Benemerita do município de Campina Grande do Sul, abre uma enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e amigas. Viúva do Ilmo. Sr. Lélcio Guimarães Sotto Maior, então digno funcionário desta Casa de Leis e Comissário de Menores, influenciou de maneira determinante na educação dos filhos e sempre zelou pelo conforto de toda sua família.

O destino, portanto, roubou-a do convívio de seus entes queridos e amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho árduo de educadora neste estado. Durante anos, transmitiu ensinamentos com responsabilidade e auxiliou na formação do caráter de centenas de jovens paranaenses.

O tempo não apaga a dor trazida por uma perda dessa magnitude, abrindo uma grande lacuna em nossas vidas. Mãe e avó carinhosa, esposa atenciosa, filhos amados e notável educadora; ocupou espaço que ninguém poderá ocupar. Resta-nos guardar os bons momentos vividos durante seus 86 anos e orar pela paz e conforto de toda a família.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências pela perda irreparável dos entes queridos.

REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Castro, Rivadavia Menarim.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 10 de março, da Sra. Candida Leonor Miranda, Pró-Reitora de Assuntos Administrativos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, amada e respeitada por seus colegas, familiares e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimentos à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 476

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Rivadavia Fiorilo Menarim, agricultor, ex-Prefeito de Castro por três mandatos, 1º Presidente da Associação dos Municípios dos Campos Gerais em 1970, amado e respeitado por seus colegas, familiares e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimentos à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 477

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Leomar Kaminski.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é com grande tristeza que Guarapuava se despede de um autêntico homem: Leomar Kaminski.

Defensor dos mais altos ideais, cidadão justo, benevolente, trabalhador dinâmico, inteligente, arrojado. Deixou marcas imprescindíveis de suas jornadas pelo Paraná.

Empresário do ramo imobiliário, Vereador por três legislaturas em Guarapuava, Presidente do Rotary Clube por três gestões e Governador do Rotary do Paraná de 1980 a 1982. Militou muitos anos, na imprensa falada, escrita e televisiva da nossa região. Foi Presidente da Associação Comercial e fundador do Grupo de Escotismo de Guarapuava.

Sua vida em Guarapuava foi participativa, em todos os aspectos: sócio-econômicos, políticos e religiosos. Deixou uma lacuna difícil de ser preenchida, mas seus três filhos, com certeza, darão continuidade ao exemplo de seu pai.

REQUERIMENTO Nº 475

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações aos Diretores, funcionários e ouvintes da Rádio Cultura de Palotina, pelos 30 anos de fundação, comemorados no dia 13 de março passado, desejamos cada vez mais sucesso.

Requer ainda, que se dê ciência aos interessados através de correspondência a ser encaminhada ao seu Diretor, Sr. Fernando Potrick.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 474

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Restaurante Novo Madalosso, na pessoa da fundadora, Sra. Flora Madalosso Bertolli.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

De um pequeno estabelecimento, que começou com 24 lugares, para o maior restaurante das Américas e um dos maiores do mundo, segundo o Guinness Book, com quase 5 mil lugares.

Crescimento conquistado em cerca de 30 anos de muito trabalho de uma família descendente de italianos, e liderada por uma mulher: Flora Madalosso Bertolli. Essa história foi parar nas páginas de um livro, que foi lançado no dia 13/03/08, no Restaurante Novo Madalosso, em Curitiba.

“Entre quatro painéis - fragmentos da vida de Flora Madalosso Bertolli”, do escritor Ricardo Hübner, é um documento dramático que reúne a história dessa mulher, hoje com 67 anos, que com simplicidade, carinho e visão empreendedora, transformou um pequeno restaurante em um dos pontos turísticos mais tradicionais da capital. Diz-se que a proposta do livro não é ser biográfica, mas servir de estímulo e inspiração para outros empresários.

O livro mostra que foi preciso três gerações para se conseguir realizar o sonho do imigrante italiano. Segundo relatado, a sociedade precisa desses bons exemplos. Apesar do pouco estudo, foi com valores e atitudes que Flora conseguiu vencer. É destacado no livro que os quatro pilares defendidos pela empresária são honestidade, trabalho, fé e família, “e esse último é algo que ela faz questão de preservar, pois além do restaurante mantém as mesas longas para a reunião das famílias, é tradicional nas quartas-feiras, ela se reunir com os filhos e netos para celebrar a sua família”.

Tudo começou em 1949, quando o casal Antônio Domingos e Rosa Fadanelli Madalosso, descendentes e imigrantes da cidade de Treviso, Vêneto, buscando

um clima mais favorável ao cultivo de uvas finas, deixou Caxias do Sul, com seus filhos Helena, Flora, Severino, Nelson, Carlos e João, para se radicar aqui na Colônia de Santa Felicidade, trazendo na bagagem o temor a Deus, o amor a terra e a habilidade na fabricação de vinhos, atividade a qual se dedicaram integralmente, por cerca de quatorze anos de muito trabalho e sacrifício.

A mudança de atividade para a família aconteceu em 1963 quando Flora, a segunda filha do casal e portadora de um sentido comercial notório, com seu marido Ademar Bertolli, na época funcionário da Saúde Pública, interessaram-se em comprar o Restaurante Florida, do casal Flori e Hilda, instalado na avenida Manoel Ribas, 5852, bem em frente a casa dos Madalosso e que estava à venda há tempos. Para isso, contaram com o apoio do pai de Flora, que vendeu parte de seu terreno a fim de concretizar o negócio e a sociedade com a filha e o genro.

A sociedade estava firmada e o pequeno restaurante, com apenas 24 lugares, tinha a família a posto para receber os fregueses que não tardaram a chegar. À Ademar Bertolli cabia o recebimento dos fregueses, detectar as preferências deles e tratá-los de forma especial. Carlos e Severino, ainda jovens, atendiam aos clientes enquanto Flora desdobrava-se na cozinha para dar especial sabor aos pratos. “A clientela era imprevisível”, conta Flora.

‘Na falta de balcões refrigerados, às vezes acontecia dos fregueses estarem sentados à mesa e eu correndo, matando, depenando e cortando em partes frangos para fritá-los e servi-los. Foi um tempo de muito trabalho.

Meu filho era pequeno e ficava comigo na cozinha. Não sabia se atendia a ele ou se fazia comida no velho fogão à lenha de duas bocas, com apenas uma frigideira para o frango e outra para a polenta. Isso sem contar as horas em que estava sozinha e que tinha que tirar o avental para atender os fregueses que chegavam.’ Completou Flora.

A demanda dos fregueses aumentava e isso levou a família a contratar em 64, o primeiro funcionário da casa, o garçom Ernani Ribas do Vale, que até hoje se mantém trabalhando para os Madalosso, agora na função de Gerente Geral.

REQUERIMENTO Nº 473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e em especial o artigo 129 do Regimento Interno, REQUER à Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná, o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagens - DER, Rogério Wallbach Tizzot, para que encaminhe para esta Casa, caso tenha elaborado, ou então seja elaborado um projeto com detalhamento de recuperação, ampliação e limpeza das seguintes rodovias no sudoeste do estado:

- I - Dois Vizinhos a Francisco Beltrão;
- II - Quedas do Iguaçu/São Jorge d'Oeste/Dois Vizinhos;
- III - Pato Branco/Itapejara d'Oeste/Verê/Dois Vizinhos;
- IV - São João a Chopinzinho;
- V - Francisco Beltrão a Verê;
- VI - Nova Prata do Iguaçu/Salto do Lontra/Dois Vizinhos;
- VII - Dois Vizinhos/Cruzeiro do Iguaçu/Boa Esperança do Iguaçu/Nova Prata do Iguaçu;
- VIII - Salto do Lontra/Santa Izabel/Realeza/Capanema.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

As rodovias citadas no presente requerimento fazem parte do sudoeste da década de 80, um outro tempo para a realidade do sudoeste, para nossa agricultura, para o setor industrial, para avicultura, onde com a unidade da Sadia em Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, com a Anhemi em Itapejara d'Oeste, Seva em Pato Branco, Diplomata em Capanema, só este setor inseriu nas estradas sudoestinas mais de 400 caminhões, hoje com capacidade de até 51 toneladas. Portanto, esta é uma nova realidade encontrada no sudoeste.

Outros setores confirmam nosso crescimento, como eletrodomésticos com a Atlas, o setor moveleiro, metalúrgico, confecções, a própria agricultura com outros setores da pecuária, ampliaram significativamente a produção.

Razão porque requeremos, haja vista que além da precariedade encontrada em algumas das pistas, o capim está tomando conta de algumas das rodovias citadas encobrendo placas de sinalização e estão acontecendo inúmeros acidentes vitimando cidadãos de nossa região e pessoas de outras localidades que transitam por estas rodovias - sendo esta a nossa contribuição, do Legislativo do Paraná, no sentido de encaminhar para autoridades capazes e competentes para que providências sejam tomadas, dado o interesse público que está em questão.

REQUERIMENTO Nº 469

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Aníbal Khury Neto - bairro Uberaba, que pedem a presença de Agentes de Trânsito nos horários de entrada e saída das aulas, ou seja, às 13h e 17h15min.

Na rua Eunice Bethine Bartoszeck passam três linhas de ônibus e o trânsito fica muito movimentado e perigoso nos referidos horários, propiciando a ocorrência de acidentes.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 470

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua Angelina Legat Pasini, proximidades do nº 836, perto do Zoológico - bairro Alto Boqueirão, que pedem policiamento ostensivo no local devido existir terrenos baldios que são utilizados como esconderijo para desocupados, usuários de drogas e assaltantes.

A situação é crítica e os moradores encontram-se muito apreensivos e sem segurança, motivo pelo qual pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 090/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As escolas públicas e particulares do estado do Paraná ficam obrigadas a instalar urna, em local visível, de fácil acesso e seguro, com a finalidade de coletar denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes.

Parágrafo Único. A urna a que se refere este artigo pode ser de papelão, podendo ser a despesa decorrente da sua aquisição incluída entre as de expediente.

Art. 2º A direção da escola, professores e funcionários devem orientar os alunos quanto a utilização da urna, informando-lhes que a mesma tem por finalidade receber denúncias de violência que possa prejudicar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de crianças e adolescentes, com apuração posterior pelos órgãos competentes.

Art. 3º Compete ao Diretor do educandário analisar a necessidade de averiguação das denúncias. Constatando haver, a seu critério, pelo menos indícios de violência contra a crianças ou o adolescente, deve encaminhar a denúncias para as devidas providências junto aos órgãos competentes, tais como às Polícias Civil e Militar, o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescentes e à Promotoria de Proteção à Infância e Adolescência.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8069/90 - estabelece o seguinte: *É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*

Neste sentido, o presente projeto de lei objetiva efetivar os direitos das crianças e adolescente vítimas de violência que possa prejudicar seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. A instalação de urnas nas escolas facilita a denúncia, tornando mais fácil para as vítimas ou interessados a sua comunicação com as autoridades competentes, sem que tenham que se expor imediatamente a constrangimentos que possam inibi-las. Além disto, a instalação das referidas urnas abre espaço para um importante canal de comunicação entre os professores e os estudantes, permitindo a discussão e orientação dos alunos no tocante aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Assim sendo, tenho em vista a constitucionalidade e legalidade do projeto, bem como seu mérito, estamos certos do apoio dos nobres Pares a esta proposição legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 091/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento Rural da Comunidade São Sebastião dos Silvérios, com sede e foro no município de Pinhão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Associação para o Desenvolvimento Rural da Comunidade São Sebastião dos Silvérios, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais, seus problemas e recursos. Para promover e contribuir para a formação e desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 092/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro São Francisco de Assis, com sede e foro no município de Dois Vizinhos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Bairro São Francisco de Assis, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais, seus problemas e recursos. Para promover e contribuir para a formação e desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 093/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Ouro Verde dos Moradores da Comunidade de Castelo Branco, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Ouro Verde dos Moradores da Comunidade de Castelo Branco, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo a defesa e o aprimoramento integral da pessoa humana e a promoção humana aos moradores do município de São Miguel do Iguaçu e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 094/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Casa da Nutrição de Jaguariaíva, com sede e foro no município de Jaguariaíva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.03.08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Nutrição de Jaguariaíva, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo atender as crianças desnutridas de ambos os sexos, desprovidas de recursos, sem distinção de raça, cor e religião, em regime de semi-internato, bem como promover ações junto à comunidade, a

fim de melhorar a qualidade de vida das famílias das crianças atendidas no município de Jaguariaíva.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, é o Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; 1ª Secretária, Deputada Beti; Sr. Deputado Geraldo Cartário.

É uma satisfação, Sr. Presidente, vir a esta tribuna, nesta Casa de Leis. Hoje é um dia especial, Semana Santa, todos estamos meditando, concentrados.

Estou preocupado, Sr. Presidente, com um projeto de lei nesta Casa, que vem ao encontro, às vezes encontro não muito necessário da classe médica. É um projeto de lei de um Deputado que eu realmente admiro muito, admiro seu trabalho, um Deputado de enorme renome, um Deputado que já esteve nesta Casa, já foi Prefeito, conhece muito de lei, sabe muito, um discurso maravilhoso: o Deputado Jocelito Canto, por quem eu tenho admiração.

Deputado Jocelito, o projeto do senhor que fala sobre o tempo necessário para que um profissional da Saúde chegue a um diagnóstico. Imagine, Sr. Presidente, o senhor chega no meu consultório com uma patologia urgentíssima, com muita dor, eu faço apalpação, faço o exame, faço a história da moléstia atual, faço o diagnóstico. Posso fazer isso em dois ou três minutos! “O senhor é muito rápido, Dr. Batista.” Não, sou experiente, como os muitos médicos deste estado que dão aula no mundo inteiro, como um dos maiores cirurgiões de endoscopia que retira o câncer, através de endoscopia! O Dr. Paulo Sakai é um dos maiores endoscopistas do mundo. Existem três endoscopistas no mundo: o Dr. Paulo Sakai, o Dr. Gotada e o Dr. Oda. A patologia é impressionante e o ato cirúrgico, Sr. Presidente, através de um aparelho, leva de cinco a seis minutos para retirar uma patologia maligna e salvar a vida do paciente.

Então eu digo, Sr. Deputado, que respeito muito, que é o primeiro lugar das pesquisas de Ponta Grossa, Deputado Jocelito Canto. Vou dizer aos senhores que vou contra o projeto. Vou votar contra porque não existe um tempo programado para que um médico salve a vida de um paciente!

Estive conversando com o Deputado Felipe Lucas, médico, grande profissional de Guarapuava e região e ele tem a mesma opinião. O Deputado Cheida, o Deputado Accorsi e todos pensam da mesma maneira!

Hoje, numa carta do Conselho Regional de Medicina, Deputado Caíto Quintana, Deputado Elton Welter: “Os Deputados vão agora programar, Dr. Batista, quanto tempo será necessário para que possamos fazer um diagnóstico? Os nossos Deputados estão fazendo leis em cima, confirmando por aprovação?” Eu falei: não com a aprovação deste Deputado e nem dos Deputados médicos.

Então, precisamos ponderar um pouco os projetos, dar uma olhadinha: “É um projeto, é uma grande iniciativa de um grande Parlamentar?” Claro que é, eu admiro, mas o meu voto é contra.

Sr. Presidente, estive na cidade de Jandaia do Sul, na Pastoral da Criança, em Maringá, também, a Pastoral da Criança, que receptividade, que respeito. Nós que trabalhamos na Pastoral da Saúde há mais de 20 anos, em Maringá e região, com tantas senhoras e pessoas que gostam do nosso trabalho, que é em direção daqueles que realmente não conseguem sequer uma consulta. Adentramos em todos os lares e tenho orgulho em dizer que há mais de 20 anos, em Maringá, foram centenas de cirurgias. Juntos, essas senhoras que tanto admiro da Pastoral da Saúde, tenho orgulho em dizer que participo da igreja, da Pastoral.

Faço um trabalho com mais de 1.500 senhoras. Esse trabalho dá um respaldo muito bom. Respaldo de amor e alegria.

A cada um de vocês, Srs. Parlamentares, à imprensa presente e a todos que estão nos ouvindo, que tenham uma ótima Semana Santa e uma feliz Páscoa. Que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados.

A implantação da TV Assembleia abriu esta Casa para o povo do Paraná. Uma abertura que enaltece o trabalho dos Srs. Deputados. Estamos num ano político, onde teremos eleições no estado, nos 399 municípios. Esses municípios hoje, as lideranças partidárias, os possíveis candidatos a Prefeito e Vereador, estão bastante preocupados com as mudanças que vêm acontecendo em nível de Brasil, a respeito do processo eleitoral.

A Câmara dos Deputados, em Brasília, em fugido à realidade de colocar uma lei definitivamente voltada para regulamentar às eleições de uma forma que não haja necessidade do próprio TRE baixar resoluções contínuas.

Essas resoluções, entre elas, hoje, estamos no Paraná com 1.050 Vereadores, lá nas suas cidades, nas suas comunidades, apreensivos, ligando constantemente para o TRE para saber quando que será julgado o seu processo, se ele será cassado ou não.

A apreensão é muito grande, Sr. Presidente. Como V. Exa., junto com a Mesa Executiva, abriu as Sessões para que o povo acompanhe e, por incrível que pareça, nem eu acreditava, mas a Audiência da TV Assembleia hoje é fantástica. Estou recebendo inclusive lá, de Cambará, companheiros meus que falam assim: “Cartário, estou vendo a TV Assembleia.”

A TV Assembleia, não sei como, se é parabólica ou qual é o sistema, mas quero lhe parabenizar e a parte técnica, que está chegando com um bom som e imagem nos lugares mais distantes, 500, 600 quilômetros no Paraná.

Assim é, Sr. Presidente. Sei que é um outro Poder, que a Assembleia não tem o poder de interferir em outros Poderes, principalmente o Poder Legislativo que respeita sobremaneira o Poder Executivo e principalmente também o Poder Judiciário.

Não é querer entrar no poder de um outro Poder. Mas sim, Sr. Presidente, pedindo que V. Exa. interceda junto ao Tribunal Regional Eleitoral para levarmos as comunidades do Paraná, o trabalho especialmente do Plenário do TRE, para que aí, todos tomassem conhecimento, porque eu, sinceramente, há dias eu estava num hotel em Londrina e chegaram os dirigentes do TRE. Só soube que eles eram do TRE através do pessoal que ali estava que me falou: “Esse pessoal é Desembargador, Juiz do TRE.” Porque não os conhecemos, muito menos os nossos Prefeitos, ex-Prefeitos e Vereadores.

Por isso faço uma sugestão, sem prejuízo das Sessões Plenárias desta Casa, sem prejuízo do avanço que V. Exa. determinou, que essa abertura democrática, levando ao povo o trabalho da Assembleia, mas dos outros espaços, Sr. Presidente, que fossem gravados e retransmitidos as Sessões do TRE. Ou, se possível, especialmente nas quintas-feiras, fosse transmitida diretamente do TRE, visto que nas quintas-feiras temos Sessões pela manhã e o TRE tem Sessão à tarde, como também tem Sessão Plenária na sexta-feira.

Essa é uma sugestão, é um requerimento que apresentei à Mesa e certamente dentro do seu espírito democrático, dentro do possível, haveremos de ter uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente ainda, concedo a palavra ao Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente; Dr. Batista, Secretário e médico; Dr. Accorsi, médico.

Hoje a Mesa está muito bem representada, sempre esteve bem representada, e vamos hoje justamente falar sobre um projeto.

Queria ao mesmo tempo dizer da forma do projeto que o Jocelito Canto apresenta. Ele apresenta um projeto na área de Saúde com o intuito de que haja uma melhora.

Mas o projeto vem em desencontro da classe, principalmente da classe médica e de todos os profissionais liberais em outras áreas.

Queria parabenizar ao Dr. Batista quando ele fala do esforço do profissional quanto ao atendimento. Todos sabemos que um ou outro pode ter seus problemas, isso em todas as áreas, mas isso eu já havia me manifestado na semana passada.

Mas o Dr. Accorsi, que é um profissional que compõe a Mesa; o nosso Presidente da Assembléia, Deputado Nelson Justus, que é um conhecedor de todos os problemas aqui no estado, também sabem disso. Dr. Accorsi sabe que simplesmente vai em desencontro. Acho que esse projeto só beneficia o mal profissional. Aquele bom profissional deve ser estimulado.

O tempo não vai dizer quem é um bom profissional, quem não é. Temos aquela doença, aquela patologia, como se expressou o Dr. Batista, que pode ser diagnosticada em poucos minutos, mas temos aquela doença que vamos recorrer a outros profissionais às vezes de outras áreas, se há um exame complementar e assim por diante. Mas lembro da mesma forma, Dr. Batista, pela minha experiência como médico ginecologista e obstetra, às vezes vem uma paciente e às vezes os outros profissionais me pedem: “Dr. Felipe, faz um toque aqui para vermos com quanto está de dilatação tal paciente.” Você vai lá, em um, dois, três minutos você faz e diz: olha, está assim. Diz para a família que tenha calma, o seu parto vai acontecer agora, daqui a pouco, quem sabe essa noite. Você já sabe, tem uma experiência. Os profissionais, às vezes, darão uma receita controlada.

Portanto, aquele profissional que acho que o Deputado Jocelito Canto leva lá, em conta, é aquele que existe em qualquer outra área. Se é um professor, se é um advogado, enfim, em qualquer outra área. Portanto, venho de forma pedir aos Deputados, aos presentes: Deputados Caíto Quintana, Valdir Rossoni, Marcelo Rangel, que é de Ponta Grossa, Péricles de Mello, e tantos outros, que acho que este projeto, na verdade, vem a descaracterizar uma profissão. Acho que temos que pensar nas Secretarias de Saúde, nas Secretarias Municipais, talvez até Estaduais. Mas, hoje sabemos que quem controla praticamente tudo é a Secretaria Municipal, é o Secretário Municipal, é alguém que é adjunto daquela área. Do contrário, vamos limitar qualquer outra profissão.

Eu diria, de toda forma, que temos o respeito e precisamos que os profissionais também respeitem os pacientes. Ao mesmo tempo também precisamos do respeito do paciente. Então, vimos defender este lado, que este projeto não é de encontro benéfico, é de uma forma clara. O Conselho Regional de Medicina do Paraná, a Associação Médica Brasileira já analisaram em diversos lugares, Deputado Teruo, V. Exa. que já foi Prefeito, que este projeto na verdade vem ao desencontro de qualquer profissão.

Acho que precisamos ser sensatos e com certeza vamos ter outra forma de controlar. Espero que o Deputado Jocelito Canto, que será Prefeito, ou o outro Prefeito, porque a eleição, não podemos dizer que fulano de tal é o Prefeito de tal cidade, mas se for ele, ou se for o Deputado Marcelo Rangel, ou o Deputado Péricles de Mello, ou o Deputado Plauto Miró Guimarães, lá de Ponta Grossa, acredito que eles vão estabelecer uma forma de conversa amigável, uma forma de conversa com a população, com os profissionais da saúde, sejam médicos ou enfermeiros.

Para concluir, usaria das palavras do Professor Batista: é uma semana santa, na qual não vamos para confronto, mas queremos, como o senhor disse, ter uma ligação e eu também tenho um trabalho muito grande, com diversas pessoas. E acho que o Dr. Accorsi, o Dr. Cheida, que nos acompanham neste projeto, o Deputado Reinhold Stephanes, que esteve junto, o Deputado Ney Leprevost, que é da área da Saúde, vamos dar um crédito para que os municípios e as outras instituições resolvam seus problemas, senão entraríamos aqui, a Assembléia Legislativa, a começar a dar leis para que determinado profissional, se é um professor, se é um engenheiro, tivesse que fazer aquele projeto em poucos minutos, em poucos segundos.

Seria isto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno expediente, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero me somar à preocupação do Deputado Geraldo Cartário. Na verdade há uma interpretação da Justiça que passa a por em dúvida o direito eleitoral daqueles Vereadores, Prefeitos, enfim, políticos eleitos que mudaram de partido.

No entanto, se a Justiça determinou que isto ocorra, não está tendo a devida serenidade no sentido de determinar a todos aqueles que eventualmente mudaram de partido, se o fato da mudança praticada por eles nos impede de concorrer por aquela legenda, ou se não impede.

Estamos aqui na véspera, na porta das reuniões dos partidos políticos para lançamentos de cargos tanto a Prefeito quanto a Vereador. O processo político é um processo bastante complexo dentro de um município, seja ele grande ou pequeno. Há um limite de nomes que podem ser indicados por cada legenda, ou por cada coligação. Existem espaços a serem preenchidos na cidade, nos bairros, no interior, nos segmentos sociais; e quando se fica, Deputado Geraldo, sob a suspeita de que um Vereador pode ser candidato na eleição de 2010, dificulta totalmente a articulação política dos partidos e das coligações.

Então, acho, e não é interferência em Poder algum, porque foi a própria Justiça que interferiu na interpretação de uma lei, se ela interferiu nessa interpretação da lei deve dar celeridade ao julgamento, porque no Paraná já tem um levantamento inclusive da quantidade de políticos que mudaram de partido e que precisam ser julgados. Então tem que fazer isso logo. Não deixar acontecer o julgamento para depois das coligações e das seções dos partidos que fazem, farão a indicação dos seus candidatos para concorrerem ao pleito de 2008.

Eu me somo a essa preocupação do Deputado Geraldo Cartário. Acredito em todos aqueles que, de uma forma ou outra, têm participação com a vida política do nosso estado, para que tenhamos uma solução, o mais rápido possível, desse assunto.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de comunicar com alegria nesta Casa que na semana passada, num ato comemorativo inclusive do bicentenário da abertura dos portos para as nações amigas do Brasil, estivemos junto com o Superintendente da Polícia Federal, Dr. Teixeira; o Superintendente da Receita Federal, Sr. Bernardi, da mesma forma o representante do Ministério da Agricultura na cidade de Capanema, onde num ato junto com os companheiros de Andressito na Argentina, foi oficializada a instalação de uma alfândega para comércio de sinal e para turismo nessa ligação entre esses dois municípios, o estado do Paraná e a província de Misiones na Argentina. O que caracteriza, ao meu modo de entender, uma total aproximação do MERCOSUL.

Nesta Casa, temos por exemplo o Deputado Traiano, que representa o município de Santo Antonio do Sudoeste, outro município que tem divisa, por córrego dá para dizer, com a Argentina. Acredito que se quisermos falar de MERCOSUL precisamos ligar as nossas fronteiras. Não há porquê a demora que acontece permitir que os municípios limítrofes do Brasil com a Argentina não tenha regularizado uma passagem de turismo e de importação e exportação. Não podemos viabilizar o MERCOSUL apenas para os interesses de Buenos Aires e São Paulo. Se quisermos tornar realmente um MERCOSUL forte, precisamos fortalecer esse comércio entre vizinhos para podermos, além de um MERCOSUL comercial, criarmos aquilo que é o espírito do próprio MERCOSUL e a vontade de todos nós que é a criação de uma verdadeira nação latino-americana e sem problema de passagem.

Portanto, registro com satisfação essa conquista no estado do Paraná, porque temos hoje uma passagem instalada com a alfândega, Polícia Federal, Ministério da Agricultura, órgãos estaduais, possibilitando a passagem legalizada entre o Brasil e a Argentina, entre o Paraná e Misiones, no local que se situa entre Capanema e Andressito na Argentina.

Obrigado Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, por 15 minutos, Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para buscar, estimular um debate mais produtivo em relação à Segurança Pública.

Tivemos, na sexta-feira, a oportunidade de participar, em Colombo, na Associação Comercial de Colombo, juntamente com lideranças da comunidade, empresários, lideranças religiosas, de uma reunião com mais de 150 participantes. Foram convidados o policiamento da capital, o Comandante do 17º Batalhão e os Delegados locais.

Puderam colocar ali a questão da violência humana, da criminalidade e buscando levar o clamor da sociedade que, no dia-a-dia estão desesperados. Cada dia mais o medo toma conta e o cidadão não sabe em que se apoiar.

Creio que esta Casa, que é a casa do cidadão, deva ser o fórum de debate da busca de soluções. Não apenas crítica direta pela falta de efetivo, mas buscando estimular, através da articulação entre as várias esferas de Governo e principalmente com a população organizada. A nossa grande Curitiba, composta por mais de 3 milhões e 300 habitantes, é o retrato das grandes cidades do Brasil. E não é à toa que a região metropolitana de Curitiba foi identificada como a 6ª região mais violenta do Brasil.

Estamos contemplados por um programa inteligente do Governo Federal, que prevê estabelecer um investimento pesado, na ordem de R\$ 6 bilhões e 700 milhões até 2012. Mas busca não apenas reforçar o efetivo, mas também atacar na sua raiz, que são as mazelas sociais e que, nas grandes cidades afloram da maneira vigorosa, demonstrando a desigualdade, a falta de oportunidade e o crescimento do tráfico da droga.

Por outro lado, não vemos de forma clara a apresentação de uma proposta mais focada, não somente na área social, mas em todas as esferas e que possamos amenizar o drama da insegurança pública que impera.

Vivemos o drama da insegurança que toma conta do país, das grandes cidades, especialmente na nossa região metropolitana.

Tivemos, na sexta-feira, a oportunidade de ver que a sociedade está acordando. Ou ela participa ajudando, colaborando e cobrando políticas públicas, ou será engolida, como disseram muitos empresários lá, que estão expostos aos assaltos.

Nos meios de comunicação uma escola nos diz como nos portarmos perante um assalto, um seqüestro, perante, muitas vezes, a uma tentativa de homicídio. É evidente que devemos nos preparar para não reagir ao assalto, não reagir a uma oportunidade de violência, mas

devemos reagir nos processos de cobrança das várias esferas de Governo, inclusive do município, porque a tarefa da Segurança Pública não é mais só missão do Governo do Estado, é missão de todos os entes, de todas as esferas sociais.

Creio que na grande Curitiba, onde temos um quadro difícil, este debate deva ser oportunizado, porque na disfunção das grandes cidades devem ser abordados os aspectos de Segurança Pública, de geração de emprego e das políticas sociais. Hoje, ao longo das escolas, o tráfico tomando conta, construindo seus redutos em todo Paraná e, muitas vezes, o próprio guarda escolar não consegue sequer fazer frente, a exemplo do que tivemos em Colombo, onde a escola Plínio Monteiro Tourinho, na semana passada, teve suspensas suas aulas, os professores não queriam adentrar à escola porque um aluno da escola, possivelmente com envolvimento no tráfico regional, acabou sendo assassinado, acabou sendo morto.

Tivemos, na ação seguinte, três homicídios, um atrás do outro. Através dessa realidade de Colombo, de São José dos Pinhais, da grande Curitiba, vemos jovens sendo assassinados de uma forma ou de outra e o Governo precisa estabelecer um programa de contraturno eficiente, um programa onde o jovem não fique exposto na rua, onde ele tenha dentro da escola, no contraturno, oportunidades de atividades desportivas, de atividades culturais, de atividades de profissionalização, para que esse jovem não seja uma presa fácil para o tráfico que domina, que constrói seu território. Muitas vezes, nossas crianças inocentes de hoje poderão se transformar no jovem de amanhã que está traficando, que está representando uma ameaça para a sociedade.

Este momento em Colombo foi importante porque pudemos ver o desespero nos olhos dos cidadãos. Também ficamos muito preocupados porque lá cobramos uma posição mais eficiente do Governo do Estado. Não é possível que um município que representa a oitava cidade do Paraná, como Colombo, com 250 mil habitantes, tenha um efetivo de apenas e tão somente 42 homens. Se dividirmos por escala de trabalho, se dividirmos daquele que tem que operar o rádio nos dois distritos policiais, aqueles que tem que atender ao telefone, o motorista, o capitão, se tirarmos através de uma solicitação da Coordenação da Metropolitana, da COMEC, e através de uma determinação do Secretário que no momento falou que era uma ação emergencial, tivemos 6, 7 homens tirados do serviço da rua, do serviço ostensivo do fornecimento de segurança ao cidadão, que foram levados para vigiar a obra.

Creio que se essa moda pega no Paraná, todo efetivo do Governo do Estado na área da Polícia Militar não será suficiente para atender como vigia de obra. O policial foi feito para fazer ronda ostensiva e não é possível que tenhamos um município como Colombo com policiamento em torno de um policial para cada 5 mil habitantes. Curitiba sozinha tem uma média de um policial para cada 1.500 habitantes.

Portanto, o clamor do cidadão é para que tenhamos um respeito à população da região metropolitana. É evidente que Segurança Pública não se faz apenas e tão somente com o efetivo da Polícia Militar, mas precisamos reforçar, assim como em outros municípios também, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, que continuam com sua situação, em termos de Segurança Pública, bastante prejudicada.

É evidente que vamos, nesta tribuna, e através de reuniões, através de debates, através da Comissão de Segurança Pública, a qual o Deputado Mauro Moraes preside, vamos cobrar, realmente, um debate maior e vamos cobrar respostas mais efetivas. Se existe falta de efetivo, que ele seja distribuído por igual como é a proporcionalidade do estado inteiro. Não é possível que as regiões onde o crime está caminhando solto, de forma ostensiva, deixemos muitas vezes desguarnecidas do policiamento preventivo, e que muitas vezes dá mais trabalho às delegacias, porque somente no Distrito Policial de Alto Maracanã, em dois meses tivemos quase 300 ocorrências. A grande maioria sem investigação, porque não tem efetivo de investigação, de Polícia inteligente o suficiente para fazer a investigação e prisão daqueles que aterrorizam a sociedade.

É evidente que os crimes de maior repercussão são investigados, Dr. Batista, mas a grande maioria das ocorrências não têm estrutura para serem investigadas. Muitas vezes o pequeno efetivo de investigação de uma Delegacia tem que levar alimentação para os presos, tem que cuidar de fazer a manutenção, o que infelizmente deixa um município como Colombo especialmente como tivemos a oportunidade, no final do ano passado, conversando com policiais de uma viatura num sábado a noite quando as ocorrências são com maior intensidade, e perguntei a ele quantas viaturas tínhamos naquele período fazendo a cobertura dos atendimentos das ocorrências de Colombo. Ele me disse o seguinte: “Estamos no desespero com apenas e tão somente duas viaturas para atender um município de 250 mil habitantes.”

É evidente que precisamos de reforços, que precisamos estabelecer a cobrança da parceria para que o Governo e a Prefeitura promovam programas sociais de forma a não deixar tão vulneráveis os nossos jovens, principalmente aqueles que freqüentam a escola pública estadual da 7ª a 8ª séries e de 2º grau, que muitas vezes são presas fáceis para o mundo do crime, que é organizado.

Então, precisamos atacar de forma organizada este drama que é a violência e vemos diariamente sendo banalizado como se fosse normal. É evidente que não podemos ficar parados, evidente que não é o tom crítico que resolve, mas vamos tomar providências, sim. Também vamos cobrar, através das políticas sociais, uma agilização do PRONACE de maiores investimentos do Governo do Estado, de investimentos sociais aqui na região metropolitana, porque aqui temos 1/3 da população do estado do Paraná. E bairros que a cada final de semana são aterrorizados, a morte caminha solta e a população acaba não sabendo se ela é a próxima vítima.

Srs. Deputados, creio que o Deputado Mauro Moraes, que é o Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, deva fazer um debate para que possamos estabelecer principalmente na região metropolitana de Curitiba, providências urgentes, porque não basta apenas dizer: “Não temos policiais.” Os policiais se aposentaram, ficam doentes, saem e o estado está com o mesmo quadro de 10, 15, 20 anos atrás. É evidente que a nós cabe trazer aqui o clamor da nossa gente, da nossa população.

Queremos conclamar a todos os Srs. Deputados que participem, porque a grande Curitiba só terá futuro diferente do que caminhou o Rio de Janeiro se houver uma reversão, porque hoje temos uma taxa de 49 homicídios a cada 100 mil habitantes, enquanto o Rio de Janeiro tem 37. Temos no grupo de idade entre 15 e 29 anos, de 77 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Não podemos nos acomodar, não podemos nos confortar, não podemos banalizar, não podemos permitir que os homicídios, a violência urbana tomem conta da nossa região, da grande Curitiba. Não podemos permitir que a violência seja banalizada e que fiquemos apenas aguardando se na semana que vem teremos 30, 40, ou 50 homicídios em um final de semana e daí compararmos que está reduzindo, porque evidentemente precisamos baixar de forma rápida e efetiva, para que realmente haja uma reversão.

Hoje estamos perdendo de goleada para o crime organizado e precisamos reverter essa realidade. Caso contrário, o amanhã poderá ser muito mais sombrio do que está sendo o presente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PDT; Bloco PPS/PMN.

Concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Registrar a presença do Vereador Valdevino Simões, de Pontal do Paraná, do PR e também a presença do Senador Álvaro Dias, nosso futuro Governador.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

Quero ressaltar nesta tarde, no Horário das Lideranças, do PPS e PMN, os Deputados Dr. Batista, Marcelo Rangel e Felipe Lucas, que compõem a nossa Bancada.

Quero utilizar o horário para ressaltar o curso de Formação Política, que o PPS está promovendo no Paraná afora. Esse curso tem o objetivo de preparar os candidatos a Vereadores. Este ano é de eleição municipal, onde no Paraná teremos mais de 2 mil candidatos a Vereador e também em torno de 120, 130 candidatos a Prefeito, incluindo a Prefeitura de Curitiba. Nas principais cidades do estado do Paraná temos diversos nomes colocados como pré-candidatos a Prefeito.

Vamos inicialmente falar desse curso de Formação Política, que está sendo promovido para os pré-candidatos a Vereador. Em três regiões já foi realizado esse curso: a região de Umuarama e os municípios vizinhos; a região de Campo Mourão e diversos municípios vizinhos; e nesse final de semana aconteceu na região de Pato Branco. E segue adiante nas regiões de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Paranavaí, aqui na capital do estado, Foz do Iguaçu, Cascavel. Enfim, em todas as microrregiões do estado do Paraná, várias lideranças do PPS, dentre elas a nossa principal Liderança, o Presidente Estadual Rubens Bueno está na capacitação e formação dos nossos quadros.

Por que essa formação e essa grande discussão com a comunidade, para formar Vereadores? No meu entender, o cargo de Vereador é um dos mais importantes que tem dentro da comunidade. Ele, Vereador ou Vereadora, é que tem o contato direto com os problemas que a população enfrenta. Nós, do PPS, temos a obrigação, o partido político tem a obrigação de oferecer a esse pré-candidato a Vereador ou pré-candidato a Vereadora informações, preparo, para que eles possam ter um bom mandato, exercerem aqui que a população tem expectativa. E se o Vereador for bem no seu mandato, naturalmente que a população daquele município também irá bem.

Os assuntos que são discutidos nesses cursos, Deputado Pastor Edson, trabalhamos com o marketing eleitoral. Aí, levamos pessoas capacitadas, preparadas, que têm condições de oferecer boa capacitação em marketing eleitoral. Também discutimos o Poder local, a função clara do papel do Vereador, do Prefeito e temas envolvendo as questões do Poder local, questões que podem influenciar na vida das comunidades. A Agenda 21 também faz parte da nossa programação e a legislação eleitoral que, cada vez mais, vêm se modificando, vêm se aperfeiçoando para tornar mais transparente e mais firme na condição de melhorar o mandato dos Vereadores.

Mas, quero destacar um item que faz parte como compromisso dos candidatos, pré-candidatos a Vereador, a Prefeito, a Deputado, a Governador e a Presidente pelo PPS, o PPS exige a renúncia ao sigilo fiscal e bancário e o compromisso de não nomear parente até o 3º grau. Essa é uma exigência do Partido Político PPS e essas exigências foram discutidas dentro do Diretório Estadual do PPS. E queremos destacar esse papel de formação do quadro, porque as pessoas, às vezes, reclamam dos políticos, reclamam das atitudes dos políticos, mas o PPS, nessa preocupação de se diferenciar dos políticos, porque muitos

se elegem na promessa de doação de remédios, prometem melhorar a vida das pessoas quando estão no palanque, e na prática, depois que se elegem, muitos esquecem esse compromisso com a população. Aí as pessoas ficam tristes, ficam bravas, ficam chateadas com os políticos.

Por isso, estamos com essa grande preocupação e já não é de hoje, já é de longa data que o PPS vem fazendo isso. Por isso que estou utilizando esse espaço para poder ressaltar aqui.

Também quero aproveitar a oportunidade e destacar, nesta linha de formação, o Tribunal de Contas, que é bastante cobrado nesta Casa e que está fazendo um trabalho de capacitação. O Tribunal de Contas lançou, implantou agora no último dia 3 a Escola de Gestão Pública. Queremos parabenizar a atitude do Tribunal de Contas, porque é realmente preparando a melhoria na gestão pública que os Prefeitos, os Vereadores, as pessoas que têm o Poder Público, poderão errar menos. E esperamos que aí, esses, errando menos, melhorem a vida da população.

Concedo um aparte ao Dr. Batista.

O Sr. Dr. Batista (PMN)

Estou ouvindo aqui atentamente o seu discurso, Deputado Douglas. Realmente quero parabenizar a iniciativa do Partido de V. Exa. e dizer que faça esse trabalho pessoalmente também em Campo Mourão, nas escolas, porque sei que o senhor tem uma grande infiltração nos colégios de Campo Mourão, nas escolas, empresas. Que o senhor faça essa orientação para a população, haja vista, do que o senhor disse agora de que as promessas são grandes em época de eleições. É impressionante quantas promessas, quantas ofertas. A Saúde, o senhor já percebeu que fica uma Saúde de primeiro mundo na época das eleições, não tem Saúde melhor no mundo do que de cada município de nosso estado, na boca do candidato que está fazendo aquelas promessas cheias de fantasias enganosas. Isso faz com que essa iniciativa do partido de V. Exa., um Vereador seja bem orientado, o candidato tem que ser bem orientado, e passe informações verdadeiras para os nossos eleitores, porque não é possível, até quando alguns continuarão enganando a população e trocando votos a troco de benefícios, só enganosos? E as promessas, talvez pensem em cumpri-las só quando faltam seis meses, oito meses para a próxima eleição! Isso é uma coisa muito feia!

Parabéns pelo discurso de V. Exa. e parabéns à iniciativa do partido de V. Exa.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Deputado Douglas, seu pronunciamento é de extrema importância. Como Deputados, Parlamentares, passamos pelo curso de formação política para enfrentar uma campanha eleitoral e aprendemos muito! Estamos utilizando praticamente todos os dias os ensinamentos do partido aqui no nosso trabalho, como representantes do estado do Paraná.

Por incrível que possa parecer, outros partidos também estão adotando essas mesmas medidas seguindo os passos do PPS e acho até de extrema importância para o nosso Brasil. Mas o PPS - é importante que se diga - cobra a renúncia aos sigilos fiscal e bancário e o compromisso de cada candidato de não nomear parentes de até 3º grau. São exigências do nosso partido, que é um partido muito rígido, mas calcado na ética, na transparência e na democracia.

Por isso, é de extrema importância o seu pronunciamento para realmente salientar essa virtude do PPS. Está de parabéns.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel e também ao Deputado Dr. Batista.

Tenho mais um minuto para destacar, como disseram o Dr. Batista e o Deputado Marcelo Rangel. Para os candidatos a Prefeito o PPS está exigindo um plano mínimo de Governo. Antes de ser candidato, o cidadão tem que apresentar ao partido um plano mínimo de gestão naquele município em que ele é candidato e que ele tenha compromisso com esse plano. Se ele não cumprir esse plano, ele poderá não ter a legenda para uma possível candidatura mais à frente. Isso é uma forma de exigir que se acabe com aquelas promessas de campanha que não são cumpridas. Muitos prometem emprego de graça, remédio de graça, prometem que vão resolver o problema da população, na hora da eleição, mas depois que se elegem esquecem a população.

Então, essa é uma forma que encontramos para cobrar ativamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, por 10 minutos, o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Acompanhava atentamente o pronunciamento primeiramente do Deputado Dr. Batista e depois do Deputado Felipe Lucas e não tenho dúvidas que os pronunciamentos dos dois Parlamentares são pronunciamentos que visam, acima de tudo, defender a sua classe e temos que respeitar.

Dr. Batista, sinceramente entendo que V. Exa. tem que defender realmente a sua classe como eu defendo aqui as pessoas que me fizeram chegar até esta Casa. Mas quero esclarecer, Deputado Felipe Lucas, demais Deputados médicos, senhoras e senhores, que esse projeto nosso não está em momento nenhum, não está fixando o tempo em que o médico deve fazer uma consulta. Em momento

nenhum fala nisso. Está sendo mal interpretado esse nosso projeto. Ele não quer fixar horário, não. Há uma confusão aqui, ou uma tentativa de desclassificar o projeto. O projeto não quer determinar o horário, o tempo que cada médico tem para definir a consulta. Tem que ser tantos minutos. Não. Não é nada disso.

Concordo com V. Exa., tem médicos e médicos. Tem médicos que medicam você por telefone. Tem médicos que por sua habilidade e pela sua experiência, como V. Exa., Dr. Cheida e outros. O paciente adentra no consultório, numa simples conversa rápida já sabe qual é o diagnóstico. Mas, isso não exige o bom médico de pedir os exames complementares que visam fazer um bom atendimento básico.

Esse projeto nosso não quer determinar quanto tempo deve ser uma consulta, não, em momento nenhum. A sugestão é que nós possamos saber depois quanto tempo durou cada consulta. Um controle. Um controle de trabalho, só para saber se aquele médico cumpriu certinho a determinação. Se ele foi um bom médico, se ele foi relapso e assim por diante.

Um exemplo que acho importante, esse projeto vai beneficiar o bom médico. O bom médico, acho eu, que não ficar triste de colocar na receita: "O Jocelito entrou à 1h e saiu às 1h10". Durou 10 minutos a consulta. O bom médico não vai ficar triste de fazer isso, pelo contrário, ele vai determinar que ele é um bom médico, porque ele está cumprindo com a sua função, está dando a primeira atenção que é a básica, bem feita. Quando tivermos um bom atendimento básico teremos uma resolução melhor das consultas.

Aí acaba aquela confusão do médico ter que fazer 40 consultas, porque ganha R\$ 2, R\$ 3 por uma consulta. O que é um absurdo! O que é um crime um médico ganhar R\$ 3, R\$ 4 por uma consulta. Isso é um crime, concordo perfeitamente.

Agora, se ele é mal pago, ele compensa fazendo grandes números de consultas para chegar naquele financeiro que ele quer. Isso eu não posso concordar. Por isso a idéia desse projeto. O médico que for um bom médico não vai se assustar.

Como nós, V. Exa. Deputado Felipe, se assusta com o painel eletrônico? Eu não. Deputado Batista, V. Exa. tem medo do painel eletrônico? Tem? Não. Claro que não. Eu não tenho medo do painel eletrônico.

Aliás, acho que foi uma coisa boa feita nesta Casa, porque ali está marcando, o Deputado Jocelito está falando, o Deputado Felipe Lucas está em plenário, o fulano não está, o sicrano está aqui. Há um controle. Qualquer Deputado pode, na saída, pegar o documento mostrado quem veio e quem não veio. Acaba aquele problema, Deputado Teruo, que a imprensa diz no outro dia: "Caiu a Sessão por falta de quórum". Mas, não diz quem são os Deputados que vieram e quais os que não vieram.

É por isso que gosto do painel eletrônico. Está de parabéns nosso Presidente que colocou o painel eletrônico.

Estava todo mundo cobrando, estava a imprensa toda hora cutucando - qual é a presença dos Deputados?

Está aqui o controle: painel eletrônico. Que Santo painel eletrônico!

O que é isso? Controle da nossa presença. O trabalhador não tem lá o cartão ponto? Quem não bateu o cartão? Eu já bati, com muito orgulho, quando era menino. Não podia se atrasar. Se faltasse no dia da semana perdia o sábado. Não podia faltar um minuto, era descontado.

Se o trabalhador tem o livro ponto, por que é que os médicos não podem ter um simples controle que não vai atrapalhar em nada, pelo contrário, vai valorizar os bons médicos, os grandes profissionais, aqueles que trabalham.

Por isso, quero pedir o apoio dos Deputados. Sei que já vai ter emenda, o projeto vai voltar para a CCJ. Mas, vamos debater, o debate é bom.

O Sr. Felipe Lucas (PPS) (Aparte)

Deputado Jocelito, a sua colocação é importante. Mas, com algumas comparações. Não o fato de o profissional trabalhar quatro horas, duas horas, seis horas, conforme o contrato dele. Acho completamente normal. Assim como um professor tem quatro horas, tem professor que tem mais quatro horas. Assim é em diversas áreas onde você pode ter mais horários.

Mas, o que não consigo entender, que de repente, um professor tenha que ir lá no quadro e explicar determinada matéria que ele vai dar a seus alunos em tantos minutos. Meia hora, 10 minutos.

Diria mais um exemplo para o senhor. Tenho uma consideração aqui enorme por um profissional chamado Nilson Pereira. Ele foi meu professor na área de Obstetrícia. O Nilson Pereira é um famoso "canhotinho de ouro" para fazer uma cirurgia. Ele é o sujeito que fazia uma cirurgia em 25 minutos, uma cesariana em 30 minutos. Mas, depende. Às vezes essa cirurgia leva duas, três horas para fazer. Nós não temos sábado, não temos domingo, semana santa. É uma profissão que escolhemos também. A gente tem que estar de acordo.

Mas, se começarmos a limitar e dizer que tem que ser tanto tempo - acho que temos que deixar que o profissional trabalhe no seu horário. Acho muito importante que o projeto tenha que especificar que se quatro horas, são quatro horas. São seis horas, são seis horas.

Acho que isso é o que devemos fazer. Agora, fazer isso na consulta, me parece, Deputado Jocelito, que vamos contra um profissional. Qualquer outra área, um engenheiro, se determinarmos que ele tem que fazer meia hora, às vezes, ele tem que se debruçar e ficar horas, horas. Às vezes a coisa é bem diferente.

Sei que o senhor tem bom senso. Já trabalho com profissionais.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Felipe Lucas, não cabe o exemplo. O professor tem uma aula de quanto tempo, 40 minutos.

Ele tem que se programar, 40 minutos para ele dar uma aula. Não cabe o exemplo. Nós aqui temos 10 minutos, 15 minutos ou mais um minuto e nada mais. Então, não cabe essa comparação de V. Exa. E o meu projeto, volto a dizer Deputado Felipe Lucas, não estou fixando, não estou determinando que uma consulta tem que durar cinco minutos.

Pelo contrário, estou apenas colocando que quando terminar a consulta o médico vai marcar quanto tempo levou a consulta. Só. Acho que estou falando um bom português e bem popular.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PRV/PV.

(**Declina**)

Democratas. Com a palavra Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É interessante, os Deputados da Oposição têm uma importância muito grande, porque assistimos e vemos periodicamente denúncias chegarem aos nossos gabinetes, denúncias sendo encaminhadas à Liderança da Oposição, denúncias de irregularidades sendo encaminhadas aos gabinetes dos Deputados que compõem este Bloco de Oposição, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Pasmem, dia destes eu escutava a Senadora Kátia Abreu, lá do estado do Tocantins, Senadora pelo Democratas. E ela, ali, fazia uma explanação sobre a situação na qual se encontram os portos brasileiros. Para vocês terem uma idéia, as regiões norte e nordeste exportam pelo porto de São Luís uma boa parte daquilo que produzem. Não exportam mais por aquele porto porque ele não tem capacidade de receber e exportar mais.

Então, uma boa parte da produção daquela região vem para Paranaguá. Imaginem, ela desde sobre rodas lá do Tocantins e vem até o porto de Paranaguá. E ela, Senadora, cobrava e dizia da situação dos portos brasileiros. Não só de Paranaguá, mas da falta de investimentos que existe, porque a economia cresceu, a produção aumentou e os portos continuaram, todos eles, do mesmo tamanho. E naturalmente, eles não vêm conseguindo escoar toda a produção brasileira.

E ela que naquele momento falava sobre o setor primário, os produtores rurais, a exportação de grãos, ela alertava para a dificuldade que tornou-se o porto de Paranaguá. Numa série de questões, sobre a questão dos transgênicos, que hoje o Brasil inteiro planta soja transgênica, e agora, dias atrás, o Presidente Lula autorizou o plantio do milho transgênico, também. Isso vai fazer com que menos defensivos agrícolas venham a ser usados na

produção, no Brasil, e ao mesmo tempo, tendo uma diminuição de custos. Natural, pois se usa menos veneno, como dizem, o custo operacional, de produção, vai diminuir também.

E, dentro desta situação, ela mostrava a ineficiência do porto de Paranaguá. Dados que a Senadora Kátia Abreu buscou junto à Marinha Mercante Brasileira, mostrando que navios de calado maior não conseguem sair carregados do porto de Paranaguá, têm determinadas horas para atracar - quando a maré está alta - é uma dificuldade sem fim. Sem contar o problema de atracação, dos navios estacionarem lá no cais, porque para vocês terem uma idéia, um navio parado em alto mar, aguardando para atracar, custa por dia, parado, US\$ 40 mil! Repito: US\$ 40 mil!

E parece-me, informações que chegam, de denúncias - e nós vamos aprofundar na investigação - parece tem algumas empresas de navegação que estão furando a fila. Imaginem! Quarenta mil dólares por dia para ele ficar parado, lá fora. Agora, com certeza alguém está levando vantagem. Com certeza algum proprietário das empresas de navegação ou administradores que fazem arte da estrutura do porto de Paranaguá.

Então, são denúncias sérias que chegam até nosso gabinete e que vamos aprofundar as investigações. Estamos encaminhando requerimento à Mesa, tentando saber o que é exatamente que está acontecendo lá em Paranaguá. E repito, Sr. Presidente: a Marinha Mercante informou à Senadora Kátia Abreu a situação na qual o porto se encontra, da ineficiência. É um dos portos mais caros do planeta, do Brasil. Porque a administração, com certeza, não vai - como todos aqueles que utilizam o porto para exportar ou para importar - esperavam.

Mas, uma situação importante, uma denúncia chegou ao nosso gabinete, com relação ao famoso terminal de álcool. O terminal público de álcool. É o primeiro terminal de álcool público do Brasil, foi construído lá no porto de Paranaguá. Sabe quanto de investimento? R\$ 13,7 milhões, repito, R\$ 13,7 milhões foram gastos para construir esse terminal de álcool. Foi inaugurado no mês de outubro. As informações que tem é que o material que foi usado na construção desse terminal não são materiais adaptados para a utilização do álcool. Então, o álcool acaba corroendo todo esse material que ali foi usado. E sabe quantos litros de álcool foi exportado por esse porto, ou recebido por esse terminal? Zero. Vejam lá, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, estamos caminhando para o final do mês de março e infelizmente nada por ali saiu, por quê? Tem problemas técnicos. Para vocês terem uma idéia, tem um laudo técnico de engenheiros que apresentaram neste laudo que tinha problemas na construção do terminal de álcool. E esse documento apresentado pelos engenheiros não foi acatado pela direção do porto. E isso, mais um dos motivos para mostrar que um sério problema lá tem.

Mas enfim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou me aprofundar, denúncias estão chegando e quero me aprofundar para poder através disso buscar informações. O requerimento está sendo encaminhado à Mesa e vamos ouvir esses que estão trazendo as denúncias para que possamos informar, cobrar e denunciar também no Ministério Público toda essa documentação que está chegando. O nosso papel aqui é investigar, e depois de investigado encaminhar ao Ministério Público para pedir a abertura de um processo junto ao Poder Judiciário. Retornarei, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para desta tribuna dar continuidade a esse assunto.

E, para encerrar, uma questão interessante aconteceu Sr. Presidente, o terminal foi construído, 13,7 milhões, sabe para quem entregaram? Uma empresa chamada Rocha Tope, uma empresa conhecida, já andou aqui numas CPIs, por irregularidades dentro do porto de Paranaguá, e parece-me que a direção do porto entregou para essa empresa Rocha Tope a administração desse terminal. Tem coisa estranha e vamos investigar para poder denunciar e dar encaminhamento.

Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, por 10 minutos com a palavra Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, nobre colega Cida Borghetti, Teruo Kato, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Presidente, sempre pregamos o respeito a todas as camadas sociais, e dentro desse respeito nada temos contra os mais ricos, entendendo que até aquele que é mais pobre, que é miserável, ele luta com as armas possíveis e disponíveis tentando melhorar a sua vida.

Muitos pelo trabalho, outros pelo estudo, tem até aquele que faz a sua fé no jogo do bicho, ou na Mega Sena, nos demais jogos, enfim, de um modo geral o povo está sempre procurando melhorar a sua vida. Em que pese que o jogo muitas vezes provoca um retrocesso e a pessoa acaba até se empobrecendo e colocando a família numa situação muito crítica e muito delicada, porque muitos perdem tudo o que tinham e até o que não tinham, através de jogos de azar e até de loteria. Mas, estava analisando a lista da revista Ford sobre os homens mais ricos do mundo, aliás tem até mulher lá, tem até uma viúva lá que está cheia da grana, e no tocante, alguns brasileiros que foram incluídos na lista dos homens mais ricos do mundo.

Anotei quais são os magnatas do dinheiro no Brasil, e quase, como sempre, os banqueiros estão ali. Porque eles sabem sugar bem o nosso povo. É quase que uma agiotagem oficializada pelo Governo você depender de cheque especial, de papagaio no banco.

Vejam a lista dos brasileiros mais ricos do mundo: José Safra, 68 anos, Banco Safra, Patrimônio US\$ 6 bilhões; Jorge Paulo Lema, 67 anos, AMBEV, US\$ 4 bilhões e 900 milhões; Aluísio de Andrade Faria, 86 anos, Grupo Alfa - ex-Banco Real, US\$ 4 bilhões; Antônio Ermírio de Moraes, 78 anos, Grupo Votorantin, US\$ 3 bilhões e 900 milhões; Moises Safra, 72 anos, US\$ 2 bilhões e 900 milhões; Marcel Hermam Teles, 57 anos, Grupo AMBEV, US\$ 2 bilhões e 200 milhões; Carlos Alberto Sicupira, 59 anos, AMBEV, US\$ 2 bilhões e 200 milhões; Rubens Mello, COSAN - Cana-de-açúcar, 71 anos, US\$ 2 bilhões; Júlio Bosano, 71 anos, outro banqueiro, US\$ 1 bilhão e 900 milhões; Abílio Diniz, 70 anos, dono do Grupo Pão de Açúcar, US\$ 1 bilhão e 900 milhões; Antonio Luiz Seabra, 56 anos, Fundador da Natura, US\$ 1 bilhão e 900 milhões.

Não tenha nada contra o rico, mas tenha a favor do povo de baixa de renda, do povo pobre, do povo que não tem dinheiro para ter a sua casa própria, do povo que é mal alimentado, do povo que vive endividado. E vejo aqui os três homens mais ricos do Brasil que são da AMBEV. Fico imaginando, vendendo bebida alcoólica, quanta gente já matou, quanta gente já morreu, quanta gente já causou acidentes, quanta gente já deixou seqüelas, quanta gente já foi vítima de bêbados que estavam dirigindo por aí, uma grande parte de maneira criminosa e irresponsável sob o efeito de bebida alcoólica.

Os donos da AMBEV estão satisfeitos: "Beba com moderação." Que moderação coisa nenhuma! Eles não estão preocupados com moderação. Está aí: três diretores da AMBEV vendendo cerveja, o povo se embriagando e deixando os homens mais ricos. Os banqueiros, como sempre, num país em que o Governo é mais do que uma mãe para os banqueiros, vocês devem ter reparado, dois proprietários do Grupo Safra dentre os mais ricos; o homem, que era dono do Banco Real é o segundo mais rico do nosso Brasil; e vai por aí afora.

E vem o Sr. Abílio Diniz que é dono do supermercado Pão de Açúcar. Sr. Abílio Diniz, vou ficar feliz se, no ano que vem, pudermos retratar que o senhor diminuiu um pouquinho esses bilhões de dólares, mas vendeu o arroz, o óleo, o açúcar, o alimento, a comida mais barata para o povo. Não estou aqui para endeusar esse homem com essa fortuna de bilhões quando muita gente mal come, mal se alimenta. Essa é uma política que considero desumana, querer fazer fortuna de bilhões em cima do povo que, muitas vezes, não tem comida para pôr na panela.

Quantas vezes a televisão exibiu o Antonio Ermírio de Moraes como a imagem de um homem bom, caridoso e vejo aqui o Sr. Antonio Ermírio de Moraes como o magnata do cimento. Fico imaginando quanta gente não pode fazer um banheiro na sua casa, fazer mais um quarto, mais uma peça ou fazer uma meia água no terreno que comprou porque o cimento está caro. Igualmente, a nossa mensagem ao Sr. Antonio Ermírio de Moraes: queira Deus quem um dia, ele que já tem seus cabelos

grisalhos, caminha para seus 80 anos, venda cimento mais barato para que o povo possa ter sua casa própria edificada. Que o Abílio Diniz ganhe um pouco menos, diminua um pouco seus bilhões e coloque a comida também mais barata na prateleira, para servir a nossa população brasileira.

Nada temos contra os riscos, mas estamos aqui para defender aqueles que são vítimas das desigualdades sociais em nosso país, pagando cimento caro, pagamento o álcool na bomba do posto caro, pagando pelo alimento muito caro e, de repente, o orgulho desses homens é ter o nome estampado nas revistas mundiais como os mais ricos. Parece que não há no coração e na alma deles nenhuma sensibilidade, nenhum respeito para com a miséria do nosso povo, com a dificuldade do nosso povo. É muito dinheiro, Presidente, na mão de poucos homens, num mundo repleto de milhões de pessoas que atravessam verdadeiras crises sociais.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Professor Luizão por 10 minutos.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas.

Nós tivemos, antes desta Sessão Plenária, uma reunião da Comissão de Segurança, demonstrando a preocupação dos Deputados desta Casa, mais especificamente dos integrantes da Comissão de Segurança Pública, com a onda de violência que vem assolando nossa cidade, nosso estado. Temos acompanhado que a onda de violência não é só aqui, ela é geral, mas é da nossa obrigação buscarmos soluções para minimizar esse problema, pelo menos na área de atuação nossa.

Uma preocupação dos Deputados manifesta na Comissão é de não partidizar esse tema porque o assunto Segurança Pública é evidente, não é um problema só de Governo e não é uma obrigação só da Situação ou da Oposição. É de todos nós e da sociedade de maneira geral.

O Deputado Mauro Moraes teve uma iniciativa importante de convocar os Deputados para discutir o assunto e acertamos de convidar o Secretário de Segurança Pública para que possamos juntos encontrar caminhos. Não é a intenção de colocar ninguém na parede, mas sim de compreendermos melhor as condições e encontrar caminhos para minimizar o problema, porque a população está amedrontada.

E vejo que também, em relação à região metropolitana, onde o problema se acentua bastante, existe a preocupação do Governo do Estado, estudo de implantar mais um batalhão da Polícia Militar, porque a estrutura que foi montada na década de 1970, quando a população de Curitiba tinha três vezes mais habitantes que a região

metropolitana. Naquela época se justificava que Curitiba tivesse três batalhões da Polícia Militar e a região metropolitana apenas um. Evidente que nesses 30 anos muita coisa mudou e a região metropolitana hoje tem população equivalente a de Curitiba. E nós continuamos com apenas um batalhão em São José dos Pinhais. Mas, tenho informações que o Governo está estudando mais um batalhão num dos municípios da região metropolitana.

Também na minha região de Pinhais e Piraquara, temos lá já durante uns 20 anos, apenas um pelotão da Polícia Militar. E agora, com a sensibilidade do Governo, estamos pleiteando a transformação desse pelotão numa companhia da Polícia Militar para atender Pinhais e Piraquara que já conta com, em torno de 200 mil habitantes. Os estudos estão avançados, existe a disposição do Governo de aperfeiçoar a estrutura da Polícia naquela região. Já existe uma parceria com a Prefeitura de Pinhais que vai ceder o espaço e nós, tenho certeza, em breve estaremos inaugurando ali a companhia da Polícia Militar dando pelo menos mais segurança para aquela população.

Reafirmo que o compromisso com a Segurança é de todos. Acho que o município tem que fazer a sua parte, tem que incentivar os adolescentes, as crianças para a prática de esportes, cultura, lazer, de forma que tenham como ocupar o seu tempo e energia. Uma boa formação escolar também é fundamental. Tenho certeza que aonde foram instaladas as escolas de tempo integral, ali estava se prevenindo e muito a questão da violência e trabalhando pela Segurança Pública.

Hoje tive a oportunidade de participar aqui no Teatro Guaíra, do lançamento de mais uma etapa do PDE, Programa de Desenvolvimento da Educação. Tenho certeza que essas iniciativas vão resultar na diminuição da violência através da educação. É mais uma experiência, uma iniciativa importante do Governo do Estado onde em torno de 1.200 professores se ausentam da sala de aula, durante o ano, exclusivamente, só para estudar. E esses professores então terão a oportunidade de nesse período, de buscar mais conhecimento, de se adequar às novas exigências da educação. No lugar desses professores outros os substituirão e nesse período eles estarão trabalhando pelo seu progresso pessoal. Vão progredir na carreira e tenho certeza que o resultado desse aperfeiçoamento vai estar em benefício dos estudantes e da própria comunidade.

Vejo como um dos programas mais importantes do Governo nesta área porque quando é que um professor pode se ausentar da sala de aula e continuar a receber o seu salário, para estudar e se aperfeiçoar? Aqui vemos uma parceria importante entre a Secretaria de Educação e as universidades do nosso estado, tanto as universidades federais, como as universidades estaduais. A oportunidade de aproximar o ensino superior do ensino fundamental. Os professores do ensino superior, os que vão ministrar esses cursos, para os professores do ensino fundamental que terão a oportunidade de ajudá-los nessa difícil missão de educar. Vão poder trazer as experiências das universidades, para auxiliar no ensino fundamental.

Por outro lado, teremos também a aproximação da escola do ensino fundamental para as universidades. Com certeza, os novos professores que serão formados pelas universidades vão estar atentos à realidade que os espera. Eu, como professor e Diretor de escola durante muito tempo, acompanhei muitos professores, chegando às escolas sem ter noção de qual era o trabalho que o esperava. Ele tinha uma formação acadêmica, mas ela estava muito distante da realidade que ele iria trabalhar.

Tenho certeza que esse programa de desenvolvimento educacional do Paraná vai aproximar a realidade do ensino fundamental, infantil e médio, do ensino superior. As universidades vão poder reciclar a sua formação, também dos seus professores, que vão ser os futuros ministrantes de aulas, que vão para as periferias das nossas cidades. Isso vai ajudar os professores. É terrível ver o professor chegando cheio de idealismo e na hora em que se depara com a realidade, com a situação da nossa população, em muitos bairros em que a violência também é bastante crítica, não sabem lidar com ela. Se pudermos aproximar a teoria da prática teremos um resultado muito melhor da nossa educação.

Em poucos anos, se esse Programa tiver continuidade, melhoraremos em muito o desempenho da educação do nosso estado. Mais uma iniciativa concreta do Governo do Estado em favor da Educação. Considero que a iniciativa mais positiva do Governo foi destinar 30% do orçamento do estado para a Educação. Essa foi uma iniciativa ousada.

Enquanto que muitos estados do nosso país têm dificuldade de investir e aplicar o mínimo constitucional exigido, 25%, o nosso estado, de forma corajosa, coloca em uma emenda constitucional, aqui, no estado, de 30%. Acompanhamos no ano passado a execução do orçamento e pudemos constatar que o orçamento dos 30% foi executado no ano de 2007. Tenho certeza, que neste ano também o será. Isso nos traz a garantia que teremos recursos para a infra-estrutura e equipamentos das nossas escolas e, principalmente, a valorização dos nossos profissionais da Educação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no horário das Lideranças:

PSDB. Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Hoje pegaria férias e não falaria, mas ouvindo o pronunciamento do Professor Luizão, não me contive. Ao ouvir um discurso que, sinceramente Professor Luizão, tenho uma grande admiração pelo seu trabalho e competência, mas, me permita discordar do vosso pronunciamento.

Esse papo que não podem partidarizar a Segurança e sinal de incompetência. Tem que partidarizar, sim. Quem está governando este estado? Há um Governador. Esse Governador está filiado a um partido político. Ora, a Segurança, Deputado Rangel, virou um caos neste estado. Curitiba já está sendo campeã. As cidades da região metropolitana estão um caos. E aí vem um Parlamentar, aqui, com todo o respeito que tenho a V. Exa., nós não podemos partidarizar. Parece que ele está querendo dizer: “Olha! Ô, cidadão! O senhor que está assistindo, agora, aí sentado em sua poltrona, que está assistindo a TV SINAL, a TV Assembléia, o senhor é responsável pela Segurança da sua quadra, da sua rua.

Vereador, o senhor é responsável pela Segurança. Prefeito, o senhor é responsável pela Segurança. É claro! Agora, e a responsabilidade de quem está governando o estado? Responsabilidade não é partidarizar. É atribuir responsabilidade a quem foi a uma campanha política e assumiu a responsabilidade de dizer que iria melhorar essa Segurança. O Governador deste estado, se V. Exa. não recorda - vou aqui ajudá-lo - o Governador deste estado, em uma das falácias de sua campanha, disse: “Eu seria o Secretário de Segurança deste estado”. E por que ele não assume a Secretaria de Segurança deste estado? Enquanto os pais e as mães choram nos cemitérios, não querem partidarizar a Segurança deste estado! Vai ser partidarizada, sim! Vai ser atribuída a responsabilidade a quem tem responsabilidade de resolver o problema, porque a população sabe o número de policiais que hoje tem no nosso estado.

Outro dia, vi um Deputado aqui dizendo: “Estão sendo contratados 1.000 policiais.” Que coisa extraordinária! Nada de extraordinário, 1.000 policiais é apenas para substituir aqueles policiais que estão doentes, estão se aposentando. Esse é a grande realidade. Que história é essa de não partidarizar? Onde está a responsabilidade de quem está governando? Esse Governo está mais preocupado em brigar com as estatísticas do que brigar com a realidade da rua, do que brigar com a realidade do bairro. Vamos parar com essa conversa mole, vamos ser duros com os governantes.

Me afastei da Comissão de Segurança hoje - fui convidado pelo Deputado Mauro Moraes - porque começou uma conversa que não me agradou: “Ora! Será que vamos convidar o Secretário? Será que vamos convocar?” Ora, não é nenhum demérito convocar o Secretário de Segurança para vir aqui prestar contas do que ele está fazendo com essa Segurança que está virada num caos neste nosso estado. Ora, nós não estamos aqui para batermos continência, estamos aqui para sermos respeitosos, educados, sim, mas não coniventes, não estar de joelhos.

Ora, o Presidente da Comissão de Segurança, o Deputado Mauro Moraes, disse hoje que encaminhou várias correspondências ao Secretário de Segurança e ele não se dignou, Sr. Presidente Nelson Justus, a responder nenhum ofício da Comissão de Segurança. E aí, nós não vamos partidarizar, não vamos causar constrangimento.

Ora, Srs. Parlamentares, será que estamos aqui para nos prostrar de joelhos perante a incompetência, perante essa realidade cruel que estamos vivendo na nossa sociedade? Ah, mas a criminalidade está crescendo em todo o nosso país. Ora, o Paraná era exemplo de Segurança. Curitiba era exemplo para o país. E agora estamos aqui dizendo: não queremos causar constrangimento, como se o Secretário de Segurança fosse a majestade deste estado e que nós, servos comuns, os comuns aqui, não podemos causar constrangimento. Acho que deveríamos, sim, causar constrangimento, convocar esse Secretário para ele vir aqui sentir que a população do Paraná não está satisfeita com a Segurança deste estado!

E não sou eu que estou dizendo, são os números que estavam nos jornais nesse final de semana, são as estatísticas que constataam. Então, por esta razão, me desculpem os paranaenses, Srs. Deputados, Deputado Douglas, eu não iria subir à tribuna até porque hoje não é o meu dia. Estou numa segunda-feira, um pouco de astral baixo. Fizemos uma bela reunião do meu partido, hoje pela manhã, já estou cansado, mas não posso, como Parlamentar, vir aqui e achar que isso está certo, que isso está correto!

Deputado Luizão, me permita, discordo, V. Exa. tem exercido a sua função de Parlamentar com muita competência, mas me permita discordar, não estou aqui para bater continência para a incompetência! Não estou aqui para bater palmas para os absurdos que estão acontecendo com a nossa Segurança! Não estou aqui para conviver com a falta da verdade, porque qual é a grande preocupação do Secretário hoje? Não é resolver os problemas do final de semana, é contestar os números que a Gazeta do Povo trouxe no final de semana. Ele está preocupadíssimo para mostrar que os números da Gazeta do Povo estão errados! Nós não queremos saber se os números estão certos ou errados, a verdade é que há uma realidade na frente dos nossos olhos, na frente das nossas famílias, na rua da nossa casa, na cidade que vivemos, nas rodovias que transitamos, não há mais Segurança! Cito um caso numa rodovia de União da Vitória, sabem quantos policiais rodoviários têm no posto da Polícia Rodoviária? Dois! Não podem ter folga. Circulam lá 153 milhares de veículos por dia! Qual a segurança que o cidadão pode ter se tiver lá um acidente, uma ocorrência? Nenhuma!

Não quero falar das grandes cidades. O cidadão que está me assistindo agora não pense que é só na sua rua, só no seu bairro. Nas cidades pequenas também, nas cidades de cinco mil habitantes, nas cidades de 10 mil habitantes. O Delegado hoje tem um carro novo. Se há uma coisa que o Governo pode contar vantagem e até mostrar são os carros novos, porque os Delegados das cidades pequenas ganharam para fazer turismo. Eles de manhã vão para a cidade e às 17h eles se deslocam para as cidades pólo. Exemplo: União da Vitória. O Delegado da cidade pequena - e verifiquem os senhores se não é verdade - ele tem um veículo zero quilômetro para se

deslocar, todos os dias, para a cidade pequena. Qual é o horário que a cidade pequena pode ter problema de Segurança? À noite, nos finais de semana, no sábado, no domingo, na festa, no baile, é este o horário. Qual é o horário que vai ter problema no bairro? Não é neste horário, é no final da tarde, é na calada da noite, é na hora que os bares estão abertos! Onde estão os nossos policiais?

Não adianta brigar com as estatísticas. O número de policiais que o estado tem hoje, comparado, estão equivalentes a aproximadamente 20 anos. É o mesmo número do Governador José Richa. Quantos anos faz? Passou Lerner, passou Requião, passou Álvaro Dias, passaram não sei quantos Governadores e o número de policiais é o mesmo.

Então, me desculpe Deputado Luizão, tenho grande admiração por V. Exa., pelo trabalho que faz aqui nesta Casa, mas me permita: não venha com essa história de não partidizar. A incompetência não é partiradizada, é atribuída a quem governa!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Artagão de Mattos Leão.

Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e amigos visitantes.

Subo à tribuna nesta tarde, para falar de um assunto que nos têm preocupado bastante na região centro-oeste. Muito embora já tenhamos contactado a Secretaria da Saúde e todas as providências já tenham sido tomadas, estamos falando de uma doença que já foi divulgada e que agora chegou ao Paraná, no município de Laranjal: a febre amarela.

Laranjal é uma cidade pequena, que malmente dá para se dizer que tenha ligação asfáltica. Já temos dois casos comprovados e registrados naquele município. Um inclusive com a perda de uma vida.

É sem dúvida alguma, um assunto delicado, um assunto que devem ser rapidamente tomadas todas as providências, porque da mesma forma que já se registrou um caso no município de Laranjal, também já existe suspeita de um outro caso no município de Laranjeiras do Sul, há cerca de 100 quilômetros desse município. Iniciou-se nesta semana, inclusive os veículos de comunicação já noticiaram o programa de vacinação, justamente no sentido da prevenção. Mas é um assunto preocupante.

O Secretário da Saúde Dr. Gilberto já nos recebeu, já recebeu o Prefeito do município de Laranjal, que não tem mais de 3 mil habitantes, não tem mais que 2 mil eleitores, tem sido contemplado pelo Governo do Estado com obras formidáveis, como a Biblioteca Pública, a Clínica da Mulher, com casas populares, mais de 70, com o

Programa da Patrulha Rural. Mas agora toma conta da cidade de Laranjal uma preocupação que foge do controle do Prefeito Municipal, da esfera da Administração Municipal e eles pedem socorro ao estado, pedem socorro ao Governo Roberto Requião, nos pedem socorro.

Evidentemente que trazemos a público esse tipo de assunto, porque é um assunto que está tomando conta não só do município de Laranjal, mas de toda região centro-oeste, da região sudoeste, da região norte, porque aos poucos ela vai se alastrando, aos poucos a notícia vai tomando corpo. Isso faz com que a população fique preocupada.

O registro oficial é de uma forma de contaminação silvestre. Ele veio através dos animais, veio através da mata, da floresta, e não é o caso mais preocupante. No entanto, a falta de conhecimento tem provocado na população um receio muito grande.

Então, aproveitamos a oportunidade para dizer que estamos atentos, que recebemos das regiões de Laranjeiras do Sul, de Laranjal e de Guarapuava as manifestações de preocupação. Já conversamos com o Secretário da Saúde, ele já tinha, evidentemente, todas as informações sobre as questões, sobre os casos, todas as providências necessárias e possíveis já estão sendo tomadas. A vacinação preventiva já estará acontecendo a partir desta semana. É importante que não se tenha uma preocupação muito grande, mas que ao mesmo tempo a população tenha consciência de aproveitar este programa de vacinação preventiva que estará sendo feita pelo Governo do Estado.

Com a aparte o Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas para cumprimentá-lo pelo depoimento, eu reputo um dos mais importantes, porque é grave o ressurgimento de algumas doenças no estado e o recrudescimento de outras novas que surgem, como a febre amarela silvestre, que não tínhamos há 42 anos no estado do Paraná, um estado de 150 anos. Quer dizer, um terço dele não tinha, ficamos sem, e outras que estão recrudescendo, como a tuberculose e outras mais.

E a propósito disso, no dia 7 de abril, dia em que se comemora o Dia da Saúde e Meio Ambiente, estou propondo à Comissão de Meio Ambiente que façamos juntos com a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente e junto com a FUNASA, que é um organismo federal, uma reunião, uma espécie de Audiência Pública para que possamos nos antecipar às coisas que virão e que talvez virão com mais força por aí.

Por isso, aproveito o aparte para lhe parabenizar e também para fazer esse comunicado à Casa, porque acho que dentro de 15 dias, nessa reunião do dia 7, possamos talvez esclarecer e tirarmos uma estratégia comum entre a Secretaria do Meio Ambiente e Saúde, envolvendo um órgão federal da potência, do calibre e da especificidade que tem a nossa FUNASA.

Muito obrigado!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Quero finalizar a minha linha de raciocínio, dizendo que é o momento onde devemos nos unir, somar esforços, nós os Deputados que representamos a região e os demais que representamos todo o estado do Paraná, porque acima do medo, acima das fofocas e das informações distorcidas, deve caminhar em primeiro foco a orientação efetiva, eficiente, eficaz, a orientação correta, o procedimento de vacinação defensiva, preventiva. E naturalmente que a população saiba e aproveitemos a TV SINAL, para dizer que existe a consciência e o conhecimento da Secretaria do Estado e do Governo do Estado. Todas as ações já estão sendo tomadas no sentido de resolvermos, se não na sua totalidade, minimizando todos os efeitos danosos dessa enfermidade.

O Sr. Nereu Moura (PMDB) (Aparte)

Deputado Artagão, V. Exa. traz um assunto que é preocupante, uma vez que no Paraná tínhamos dois casos de febre amarela, um foi importado.

Foi o primeiro caso que surgiu do próprio território do estado.

A Secretaria da Saúde irá imunizar 1 milhão e meio de paranaenses. O próprio Secretário Gilberto Martins esteve em Laranjeiras do Sul, no sábado, onde o Secretário comunicou que essa semana que passou já fez reuniões preparatórias para fazer um trabalho de imunização total, geral e irrestrita, mostrando que esse Governo toma as providências, age, a fim de que um problema que não é de culpa do estado, seja combatido com veemência.

Serão 1 milhão e meio de paranaenses imunizados. Porque a cada 10 pessoas, sete já foram imunizadas normalmente. Temos três pessoas a ser imunizadas num contingente de 10 pessoas. E o Governo já tem 1 milhão e 300 mil doses, irá receber mais 200 mil doses para fazer o trabalho total de vacinação.

Todavia, V. Exa. enumera essa dificuldade que estamos passando lá no centro do Paraná, mas que atinge o oeste, sudoeste do estado e outras regiões do Paraná. É uma preocupação que o Governo toma de imunizar todas as pessoas que não foram imunizadas, a fim de que esse problema não seja de grandes proporções, criando maiores dificuldades para o estado do Paraná, e por isso parabenizo V. Exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Obrigado Deputado! É importante esclarecer que existem vacinas já compradas no estoque da Secretaria de Saúde, existe a distribuição sendo feita a todas as regionais de Saúde do estado do Paraná, prioritariamente a região centro-sul, centro-oeste, oeste e sudoeste do estado, que foram aquelas alcançadas inicialmente por essas doenças já comprovadas por esses focos já testados, mas que não se necessita uma preocupação desenfreada, uma busca desenfreada, em especial nas regiões que não foram alcançadas. Mas existe a preocupação de 1 milhão

e meio de vacinas à distribuição, já está sendo feita e qualquer orientação a mais que se busque os postos de Saúde, as Secretarias de Saúde municipais, os escritórios regionais da Saúde da Secretaria do Estado, porque certamente nestes locais as orientações adequadas poderão ser encontradas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário destinado à Liderança do Governo com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero no horário da Liderança do Governo utilizar aquilo que deveria ser feito se pudéssemos ter veículos de comunicação que estabelecessem o contraditório. Porque lamentavelmente, como V. Exas. viram na edição de domingo do prestigioso e poderoso rotativo jornal Gazeta do Povo, que publicou uma manchete estarrecedora dizendo que na cidade de Curitiba havia dobrado o número de homicídios em relação ao mesmo período do ano passado.

São inverídicas as informações que foram dadas pelo jornal Gazeta do Povo. A Gazeta divulgou números errados da criminalidade e não divulgou um direito de resposta. Porque o Secretário de Segurança Pública ainda ontem encaminhou, depois de ter conversado com a redação do jornal, uma nota ao jornal Gazeta do Povo. E lamentavelmente, na edição desta segunda-feira não foi publicado o manifesto ou a nota que a Secretaria de Segurança Pública havia emitido.

Portanto, quero dizer a V. Exas. que não vou ler a íntegra da nota, mas quero esclarecer o que interessa mesmo, que é o conteúdo. Os dados da Delegacia de Homicídios registraram 142 assassinatos, entre 1º de janeiro a 12 de março de 2008. É um número elevado. Ao todo foram 70 homicídios em janeiro, 50 em fevereiro e 22 até o dia 12 de março.

Os dados mostram que em todo o ano passado foram 589 homicídios. Média de 1,6 por dia. Neste ano, foram 142. Média de 1,9 assassinatos por dia na capital paranaense.

Na verdade há uma interpretação errada quando se utilizam os dados do IML. É sabido por todos que o IML estabelece apenas a causa da morte: ferimento por arma de fogo, arma branca, estrangulamento, entre outros. Não determina sua tipificação legal: homicídio, suicídio, etc. Um exemplo foi o que aconteceu na cidade de Colombo. Eu não vou ler o nome das pessoas, mas uma pessoa, ontem, numa briga de vizinhos, assassinou a vizinha e o filho dela, de 15 anos, e depois se matou, cometeu suicídio. A morte destas três pessoas, no laudo do próprio IML, está como ferimento por arma de fogo.

Não determina, efetivamente, qual a causa, a tipificação penal. E aí os relatórios vão para o desvirtuamento.

Vou dar outro exemplo: semana passada houve em Curitiba uma chuva forte. Cinco pessoas morreram por conta de uma enxurrada. Questão, aliás, que deveria ser melhor esclarecida. Como cinco pessoas, quatro no mesmo automóvel e uma outra em outro local podem morrer por uma causa como essa?

Não acompanhei a matéria, mas vi as mortes. Não sei como consta lá no boletim do IML a causa morte dessas pessoas.

Podemos fazer duas coisas: primeiro descobrir como as pessoas morreram, por causa de uma chuva forte. Não ouvi nenhum questionamento porque aconteceu isso. E a segunda é saber como estão registradas essas mortes violentas. Como elas vão alimentar essas estatísticas.

O fato é que temos números. Ouvi aqui o Líder da Oposição, num discurso com críticas veementes, falar: “Dá saudade de Curitiba!”

Não consigo ter saudade quando vi, por exemplo, aqui nesta Casa, o Chefe de Polícia sair foragido, porque iria ser preso, numa reunião da CPI do Narcotráfico.

Não consigo ter saudades de uma época em que as delegacias eram leiloadas, porque pagavam-se luvas.

Esse é um tempo que não existe mais na Segurança Pública do Estado do Paraná. Não há leilão de delegacias, não há Chefes de Polícia foragidos. Há pessoas íntegras, profissionais competentes na Polícia Civil, na Polícia Militar e no comando da Secretaria da Segurança Pública um promotor que se desligou do cargo para continuar exercendo o cargo de Secretário da Segurança Pública, como uma pessoa honrada.

Semanalmente, uma articulação que se denomina Mãos Limpas, realizada no Palácio e dirigida pelo Governador Roberto Requião, reúne todo sistema penal, os diversos organismos numa ação integral para combater crimes. Inclusive o crime que existe dentro da própria Polícia.

Pode-se fazer propaganda de tudo, mas os dados oficiais são os seguintes, números de homicídios em Curitiba: 2005 - 625; 2006 - 599; 2007 - 589. Essa é a série histórica dos últimos três anos, decrescente.

Já discutimos aqui as causas e a profundidade do tema que envolve a nossa sociedade. Hoje mesmo vamos votar um projeto que cria mais vagas para o IML. Mas não posso deixar de registrar que só em 2007, o Governo abriu 700 novas vagas na Polícia Militar. Para a Polícia Civil 592, 44 novos Delegados; 300 investigadores; 70 escrivães; 128 peritos.

E na Polícia Científica tem 14 novos médicos legistas, 5 químicos legais, 5 toxicologistas, 8 peritos criminais e 3 auxiliares de necropsia. Isso referente ao que está em execução.

O fato é que temos uma atuação integrada, articulada, um Governo que está investindo.

V. Exas. sabem o que acontecia até 2002. A Polícia Militar não tinha combustível. Os Comandantes de Batalhão da Polícia Militar iam mendigar nas portas de usina de açúcar e de álcool para pedir álcool emprestado para poder fazer funcionar as viaturas. Essa que é a realidade. Hoje temos viaturas novas, temos coletes à prova de bala, temos armamento, temos combustível e temos pessoas que estão sendo contratadas; e não tem mais Delegacia sendo leiloada, ao contrário, temos Polícia que trabalha de forma articulada.

Sei que o tema emociona as pessoas, sei que o tema que envolve Segurança Pública é um tema complexo, mas não podemos ser levianos ao fazer discursos. O fato concreto é o seguinte: temos que reconhecer que as influências nefastas de maus políticos na Segurança Pública nos levaram a ter rigor, extremo rigor de ter técnicos, de ter profissionais na área de Segurança Pública. Essa Segurança Pública tem que ser executada por quem conhece esse tema, com muita responsabilidade. E temos uma Polícia Militar competente, uma Polícia Civil cada vez melhor, e temos um estado onde temos que ter cada vez mais um pacto pela Segurança com parceria com a sociedade civil organizada, e cada um tem que fazer a sua parte. E essa Casa, entendo que pode e deve participar desse debate de forma responsável e construtora de diálogo. É desta forma que podemos mudar. Agora, temos que desmentir as estatísticas que são mentirosas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Liderança da Oposição.
(Declina)

Ordem Do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à Ordem do Dia com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa expediente subscrito pelo Deputado Elton Welter constante do expediente, solicitando o pagamento de passagens aéreas de Curitiba/Foz/Curitiba, a fim de representar a Assembléia Legislativa do Paraná na visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 20 de março próximo, em Foz do Iguaçu, onde inclui o ato de entrega dos primeiros contratos de cessão de uso de águas públicas da união para fins de aquicultura e anunciará também recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 056/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação a reforma e construção de cobertura da quadra poliesportiva para o Colégio Estadual Vinícius de Moraes, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 057/08 de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação a reforma e cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Frei Beda Maria, no município de Itaperuçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01 VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que dispõe sobre a divulgação de publicidade oficial através de jornais alternativos. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA DE AUTORIA DO
DEPUTADO MARCELO RANGEL
INTERPOSTA AO ARTIGO 4º DO
PROJETO DE LEI Nº 633/07

P A R E C E R :

A emenda modificativa em observação é de autoria do nobre Sr. Deputado Marcelo Rangel e objetiva aperfeiçoar a proposição original, impondo regras e requisitos para que os jornais alternativos interessados possam veicular publicidade oficial do estado.

Como primeiro requisito que se depreende da intenção legislativa, é o credenciamento do jornal junto ao órgão estadual competente (Secretaria de Estado da Comunicação Social) por um mínimo de 01 (um) ano de cadastramento específico. Como segundo requisito, a necessidade de um tempo de existência do jornal, comprovada pela circulação diária ininterrupta do periódico, por no mínimo de 02 (dois) anos.

A imposição de tais condições, em nosso entendimento de mérito é fundamental e oportuna, pois mesmo periódicos classificados como alternativos, devem demonstrar capacidades mínimas de atingirem índices de publicidade para que cumpram com o objetivo do estado de dar publicidade aos atos públicos.

No âmbito jurídico, no que concerne às competências regimentais desta egrégia Comissão de Constituição e Justiça avaliar, nada encontramos que possa, constitucionalmente, legalmente ou regimentalmente obstar a proposição, que veio tempestivamente propor requisitos.

A intenção do autor da proposta original, em nada foi atingida, ou desrespeitada, permanece com sua substância legislativa integral, tão somente recebeu sugestão de imposição de requisitos que, sem dúvida, merecerão a avaliação finalística da maioria do douto Plenário desta Assembléia.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, manifesta-se favorável a emenda modificativa em epígrafe, opinando pela normal tramitação da proposta agregada a emenda examinada até a decisão do Plenário maior desta Casa de Leis, salientando que possíveis imperfeições de cunho ortográfico e rendacional serão corrigidas quando elevadas, ambas as proposições, à redação final, caso mereçam aprovação do colegiado parlamentar.

Sala das Comissões, em 04.03.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Nereu Moura, Caíto Quintana, Francisco Bühner, Mauro Moraes, Carlos Simões e Reni Pereira.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Para encaminhar, o Deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou fazer o encaminhamento do projeto e também da emenda, já que previamente será votada na sequência emenda do Deputado Rangel, que veio aperfeiçoar, melhorar o projeto de nossa iniciativa, exatamente exigindo o tempo de um ano para credenciamento desses jornais e dois anos de circulação ininterrupta. E foi muito positivo, exatamente porque tivemos em alguns setores da imprensa alguns questionamentos alegando que esse projeto, de minha iniciativa, que pretende direcionar 10% do valor das publicidades oficiais na imprensa escrita para os jornais regionais, e muitos colocaram até como se isso fosse uma estratégia política do Governador Requião, do Governo do Estado, como se houvesse previamente algum combinado nesse sentido. E jamais, quando encaminhamos esse projeto, tivemos

fundamentalmente a iniciativa de fazer com que apenas e tão somente no máximo 10% dessa iniciativa do Governo fosse focado exatamente em alguns órgãos de comunicação que chegam diariamente ou semanalmente aos cidadãos das suas regiões, tornando assim mais transparente, buscando até nas licitações do Governo do Estado convidar e informar as empresas regionais para que também lá possam participar, muitas vezes oferecendo um preço melhor, até por se tratar de uma empresa localizada na região e, principalmente, buscar as informações das ações de Governo nas iniciativas, tanto no institucional quanto na imprensa oficial.

Que possamos atender, informar e dar mais transparência não só aos grandes meios de comunicação, mas também aos jornais de caráter regional, que são aqueles que, efetivamente, estão no acesso do dia-a-dia por parte do cidadão de suas regiões.

Então, a emenda do Deputado Rangel veio colaborar, veio demonstrar claramente e encaminhamos para que seja aprovada, pois estamos garantindo desta forma, também, que somente os meios de comunicação que têm eficiência - e não o caráter periódico - possam, realmente, ser contemplados se o Governo assim entender.

É isso, Sr. Presidente, encaminhamos favoravelmente à aprovação do projeto e, também, da emenda do Deputado Rangel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o projeto. Encerrada a discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Agora, em votação a emenda.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Primeiro, quero agradecer as palavras do Deputado Strapasson. Realmente, esta emenda modificativa é de extrema importância, porque obriga os jornais alternativos a terem credenciamento junto ao órgão competente e circulação ininterrupta de pelo menos dois anos. Vou exemplificar de maneira simples: neste ano, teremos campanhas políticas, Sr. Presidente. Se esta lei passar sem esta emenda modificativa vai ser uma festa de abertura de jornais, na verdade, periódicos, que vão receber verbas de propaganda aos cântaros, até mesmo para fazer aquela famosa “caixinha” para as campanhas políticas. Então, é importante a sensibilidade de todos os Parlamentares para a aprovação desta emenda a este projeto.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 629/07, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 034/07, fica transferido ao patrimônio do estado do Paraná, o imóvel situado na avenida Sete de Setembro, nº 891, esquina com a rua Francisco Torres, nesta capital, registrado sob matrícula nº 15137, da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis da comarca de Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 629/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica transferido ao patrimônio do estado do Paraná, o imóvel situado na avenida Sete de Setembro, nº 891, esquina com a rua Francisco Torres, nesta capital, registrado sob matrícula nº 15137, da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis da comarca de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.03.08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 005/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas, dos senhores Deputados, mês de fevereiro de 2008. Resolução nº 03/04. **Aprovada. (Publ. no DA nº 017/08, de 11/03/08, em 1ª Discussão).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 772/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que autoriza o Poder Executivo a inserir nos receituários médicos dos atendimentos do sistema de saúde estadual e profissionais por este credenciados, horário de início e fim da consulta, que deverá ser cientificado pelo paciente através de assinatura. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CS. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO,
Nº 01, AO
PROJETO DE LEI Nº 772/07

Art. 1º Aos profissionais que atuam nos estabelecimentos do sistema de saúde estadual ou que por este sejam credenciados é facultada a anotação, no documento de receita médica, do horário do início e do fim da consulta.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Saúde terá prazo de 60 (sessenta) dias para operacionalizar e implantar a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.03.08.

(aa) FELIPE LUCAS, DR. BATISTA, LUIZ ACCORSI, LUIZ EDUARDO CHEIDA, NEY LEPREVOST e STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O presente substitutivo trata de facultar aos profissionais que atuam no sistema estadual de saúde a anotação do horário do início e do fim da consulta no instrumento de receita médica, bem como determina que, sempre que realizado este procedimento, a Secretaria de Estado de Saúde perfaça o acompanhamento do caso.

Não existe lei que especifique estar o médico sujeito a disponibilizar um tempo pré-determinado ao atendimento dos doentes sob sua responsabilidade, ou seja, submeter-se a cronometragem de suas consultas médicas.

Por ser o paciente o alvo de toda a atenção do médico e a este caber submetê-lo a anamnese e exame físico completo, o tempo de consulta sofrerá variações inerentes às queixas e aos sinais físicos apresentados pelo doente.

Instituições junto às quais o médico presta serviços não podem subordinar o trabalho destes profissionais à quantidade ou tempo de atendimentos em detrimento de qualidade, o que, se ocorrer certamente acarretarão comprometimento dos resultados almejados pelos doentes e pelos seus médicos.

O Código de Ética Médica em seu artigo 8º bem caracteriza esta situação ao determinar: “O médico não pode, em qualquer circunstância ou sob qualquer pretexto renunciar à sua liberdade profissional, devendo evitar que quaisquer restrições ou imposições possam prejudicar a eficácia e correção do seu trabalho”.

O Código supracitado explica igualmente que: “É direito de todo médico dedicar ao paciente, quando trabalhar com relação de emprego, o tempo que sua experiência e capacidade profissional recomendarem para o desempenho de sua atividade, evitando que o acúmulo de encargos ou de consultas prejudique o paciente”. (grifo nosso)

Afinal, dependendo da patologia que apresente o paciente, o médico poderá resolvê-la ou diagnosticá-la em poucos minutos, como também precisar de muito mais do que dez, vinte minutos, para desempenhar com zelo e diligência seus mister.

O Código de Ética Médica em seu artigo 27 dispõe que: “É direito do médico dedicar ao paciente, quando trabalhar com relação de emprego, o tempo de sua experiência e capacidade profissional recomendarem”.

Por esta razão, optou-se por resguardar o direito dos profissionais e dos pacientes, vez que, sempre que julgarem necessária a anotação do tempo do início e do fim da consulta, poderão fazê-la no intuito de discutir eventual imperícia, imprudência ou negligência.

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 866/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação do Comércio e Indústria de Santa Felicidade, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/08, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 001/08, que dispõe sobre as quantidades de vagas, por função e por classe, na carreira de Perícia Oficial, do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, previstas nos anexos I e II da Lei nº 14678, de 06 de abril de 2005, ficam alteradas na forma que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Em discussão. Em votação.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O projeto de lei demonstra a importância que este Governo vem tratando a questão da Segurança Pública. Eu recebi este projeto e pesquisei o significado, a extensão do aumento de profissionais que vamos ter no Instituto Médico Legal, porque além do que já aconteceu, ele autoriza o Governo a contratar, através de concurso público, 15 novos médicos legistas, além de 85 peritos criminais; mais 14 químicos, mais 14 toxicologistas. Se V. Exas. verificarem o que aconteceu em relação a esses números, até 1985 tínhamos 160 peritos criminais no nosso estado. Foi uma lei de 1974.

Antes que V. Exas. comecem aqui a protestar, quero dizer que só em 2005, pela Lei nº 14678, sancionada pelo Governador Requião, eram 215 peritos criminais.

Então, vejam V. Exas. o lapso temporal. Em 2005, 215 e agora, para 2008, 300 peritos criminais. Estamos crescendo quase 100% em relação ao que tínhamos até 2005. Vejam a responsabilidade com que este Governo tem tratado o tema. Além do que o Governo inverte uma lógica, porque sempre estava se trabalhando para poder promover os profissionais justamente de 1ª e 2ª classe. Agora, estamos acrescentando os profissionais, 55 novos profissionais na 4ª classe, que é a carreira inicial do perito, e mais 20 na 3ª classe.

Dos médicos legistas a mesma coisa: tínhamos 145 até 2005. Vamos para 160, pela proposta que estamos votando, vamos acrescentar mais 15 profissionais.

Em relação aos concursos em fase final, voltando à fase de investigação social, existem hoje em torno de 120 peritos ativos no estado do Paraná e temos aprovados no concurso 166 candidatos. Precisamos nomear agora cerca de 100 novos profissionais.

Estou dando esses dados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque a importância de estruturarmos esse quadro próprio dos peritos oficiais é absolutamente fundamental. Por isso que quero pedir o apoio de todos os Parlamentares que integram a nossa base e também da Oposição. Que a Oposição possa estar votando este projeto da maior importância, para que possamos efetivamente estar a cada dia melhorando e fazendo esses investimentos que demonstram a responsabilidade deste Governo na Segurança Pública.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nos próximos dias vou trazer aqui os comparativos - sei que isso incomoda algumas pessoas - inclusive salariais, de quanto ganham os profissionais e quanto ganhavam, números de viaturas e toda estrutura operacional.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só gostaria, Deputado Romanelli - este projeto é de fundamental importância, é um projeto que vem embasado na expectativa de se melhorar a Segurança Pública neste estado - mas Deputado Romanelli, se o Governo tivesse ouvido desde 2003, isso já teria acontecido bem antes. Venho aqui desde o começo de 2003, cobrar, pedir e fazer requerimentos nesta Casa, sempre pedindo a colocação de mais médicos, peritos e técnicos no Instituto Médico Legal do Paraná, em todas as grandes cidades. Porque estamos acostumados a ser chamados, de madrugada, para interferir e liberar corpo em Ponta Grossa ou em outra cidade do estado do Paraná. Sem contar que aqui em Curitiba é uma vergonha este Instituto Médico Legal. É a maior vergonha da história do nosso país, esse IML de Curitiba. Faz anos que o povo sofre, que as pessoas passam dificuldades. No IML de Curitiba, os corpos às vezes ficam 10, 12 horas esperando para serem liberados.

Desde 2003 venho alertando o Governo, pedindo, porque faltam médicos, técnicos, viaturas, gente, material, falta tudo. Está certo que o projeto vem atrasado, mas vem. Mas isso deveria ter acontecido antes, porque o lugar mais triste, Deputado Romanelli, de uma cidade - sempre digo - é o Instituto Médico Legal, porque é lá naquele lugar que você é informado que alguém morreu, geralmente em uma rodovia, em um acidente, ou em um crime, ou em uma tragédia, ou em um momento de tempestade.

São tão poucos IMLs no Paraná e é tão simples de cuidá-los. O que faltava era vontade do Governo, mas agora o Governo, atrasado, precisa mais! São muito poucos que estão criando e precisa-se mais ainda! Volto a dizer que estão criando cargos agora, mas deveria ter-se criado mais cargos, porque ainda com todos esses cargos vão faltar cargos nos IMLs do Paraná.

Voto a favor desse projeto, cumprimento o Governo, mas se o Governo prestasse um pouquinho mais de atenção nos seus companheiros e nos Deputados, nem que sejam os de Oposição, esse projeto já estaria pronto em 2003. É uma pena que o Governo não veja e não perceba a base, o que o povo reclama através de seus Deputados.

Fica esse registro: um projeto com três anos, no mínimo, de atraso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?
(Assentimento)

Vi o encaminhamento feito aqui pelo Deputado Líder do Governo e pelo Deputado Jocelito. Parece que houve uma transmissão de pensamento - do Deputado Jocelito que falou boa parte do que eu iria falar. O Deputado Líder do Governo pediu o voto dos Deputados da Oposição. Por mais tímida que seja a iniciativa do Governo para tentar resolver o caos da Segurança do nosso estado, terá sempre o apoio da Oposição. O que quero ressaltar - pelo encaminhamento que vi aqui - é que parece que está resolvido o problema da Segurança do nosso estado.

Essa lei, para os senhores terem uma idéia, está sendo aprovada hoje. Ter a sua tramitação, o Governo sancionar, até fazer concurso, até contratar, sabem quando vai acontecer isso? Quando estiver terminando este Governo! A grande verdade é que vem tarde, e muito tarde. Pertencemos e atuamos em uma região onde as pessoas falecidas têm que ser transportadas para Curitiba e ficam aqui dois, três dias.

Vejo aqui o encaminhamento entusiasmado e quero dizer que retirem esse entusiasmo, coloquem a preocupação, porque esta é uma medida tímida que vem muito tarde. Se este Governo estivesse preocupado com a Segurança, certamente teríamos aprovado há dois anos atrás.

Só teremos as vagas dos peritos criminais e dos médicos legistas que precisava ou precisa, isso há muito tempo, há mais de dois anos atrás, agora é que estamos aprovando o projeto. Quer dizer, quando vão ser contratados? Daqui a um ano e meio. Quer dizer, enquanto isso a população do Paraná padece e sofre pela incompetência com que estão dirigindo a Segurança do nosso estado.

A Oposição, Sr. Presidente, vai votar favorável, apesar de tímida a preocupação com a Segurança do nosso estado por parte do Governo.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, rapidamente, para encaminhar favorável também a este projeto, mas vejam só a importância do trabalho da Oposição: não existe Governo decente sem uma Oposição séria e responsável, porque estamos cobrando isso há muito tempo. Só espero ver projetos como esse que vamos aprovar aqui nesta tarde, também para aumentar o efetivo da Polícia Militar, Deputado Romanelli, que é muito importante, porque o Paraná está entre os estados que tem o menor efetivo do Brasil, ganhando apenas do Maranhão e do Piauí. Então, precisamos votar projetos para aumentar o efetivo da Polícia Militar.

Era isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queria requerer votação nominal, utilizando o painel, para ver quem é que tem coragem de votar contra este projeto.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vejo aqui sendo alardeada a contratação de profissionais da Polícia Militar, da Polícia Civil, é muito bom. Muito bom para tentar sanar os problemas que existem em todas as áreas, em especial na Polícia Científica, IML e Criminalística. Mas vou encaminhar o requerimento amanhã, Sr. Presidente, pedindo informações do número de policiais desde o ano de 1988, o número de policiais militares, da Polícia Civil e, ao mesmo tempo, vou pedir o número de aposentados em cada ano, para termos uma idéia se realmente foi acrescido o contingente da Polícia Militar e da Polícia Civil, porque ano a ano muitos se aposentam e, ao mesmo tempo, o concurso é feito. Quero saber se está crescendo como divulgam ou continuam só sendo repostos aqueles que estão se aposentando?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Vai se proceder a votação.

Inicia-se a votação.

Encerrada a votação.

Quarenta Srs. Deputados presentes. Trinta e nove votaram SIM, nenhuma abstenção, nenhum voto NÃO. **Está aprovado o projeto.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Associação Florart Vida, com sede e foro no município de Jandaia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressaltada a emenda.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação Cascavelense dos Esportistas Amadores - ACEA, com sede e foro no município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/08, de 12/02/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 014/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, declara de utilidade pública a Associação Cascavelense dos Esportistas Amadores - ACEA, com sede e foro no município de Cascavel.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.03.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera o artigo 2º da Lei nº 14968/05. (Imóvel - São Mateus do Sul). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/08, de 18/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 025/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva modificar o artigo 2º, da Lei nº 14968, de 2005, modificando a finalidade para qual foi doado um imóvel por parte do Poder Executivo ao município de São Mateus do Sul. A Lei nº 14968 determinava que o referido bem seria utilizado para a ampliação das atividades escolares municipais e mediante a presente alteração objetiva-se que este imóvel passe a ser utilizado para a ampliação das instalações do Posto de Saúde Municipal.

Fundamentação

Acerca da doação de propriedades da Administração Pública, preceitua a Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o benefício for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifos nossos)

O projeto está, portanto, em plena consonância com a supracitada disposição constitucional, visto que a prorrogação de cessão de imóvel que objetiva foi realizada entre o Poder Executivo e pessoa jurídica de direito público interno, qual seja o município de São Mateus do Sul.

No que tange a competência para legislar sobre o tema, verifica-se que, por se tratar de alteração de lei já existente deve-se observar a quem incumbe originalmente dispor sobre a matéria.

É nesse contexto que dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Resta, destarte, aferida a legitimidade do Poder Legislativo Estadual para legislar acerca do tema em exame.

Por derradeiro, quanto à técnica legislativa utilizada, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Dessa forma, tendo em vista a plena consonância do projeto de lei em exame com os ditames legais que lhe são concernentes opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.03.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 025/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 025/08 de autoria do Deputado Alexandre Curi, que objetiva alterar o artigo 2º da Lei nº 14968 de 2005 (imóvel - São Mateus do Sul).

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, que pretende, beneficiar os habitantes da região, com a ampliação das instalações do Posto de Saúde Municipal.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.03.08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública o Movimento Nacional para Recuperação das Empresas Brasileiras - MNREB, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/08, de 21/02/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 037/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, declara de utilidade pública o Movimento Nacional para Recuperação das Empresas Brasileiras - MNREB.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.03.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 458, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 459, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 460, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 461, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 469 e 470, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 471, 475 e 476, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 473, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 474, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 477, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sr. Presidente, queria apenas ressaltar esse requerimento onde, na semana passada, fizemos um discurso a favor do Dr. Olympio Sotto Maior e ainda lembramos a Dona Olinda, professora do município de Campina Grande do Sul, que foi uma célebre pessoa, que foi madrinha de dezenas de pessoas lembradas na história do Paraná, inclusive meu pai, estamos votando esse voto de pesar pelo falecimento da mãe do Dr. Olympio e Severo Sotto Maior, que no dia 14, na semana passada, veio a falecer.

Quero lembrar a importância dessa mulher na política educacional do estado, que tinha conhecimento, mesmo com 84 anos de idade. Estive com ela na cidade de Campina Grande do Sul, aonde ela recebeu como Cidadã Benemérita da cidade a honrosa moção, pela cabeça pensante que foi durante toda a sua vida. Nunca abandonou seus preceitos de defesa do Paraná e conseguiu levar isso aos seus filhos. Por isso, com pesar, noticio a esta Casa que seja levado à família o nosso voto de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço ao Deputado Kielse a lembrança. Realmente é uma perda, nós conhecíamos bem a Dona Olinda. Estivemos, boa parte dos Deputados e dos funcionários desta Casa, sexta-feira, no velório da mãe do Dr. Olympio, do Severo, uma pessoa que merece realmente todas as nossas homenagens. Muito bem lembrado, Deputado.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 617, 750 e 863/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 633, 866/07 e 030/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 014, 025 e 037/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 762/07, 040, 048 e 051/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 071/08**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 126, datado de 15/01/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à MARIA HELENA CARVALHO SAPALA, matrícula nº 40143, portadora do RG nº 870.183-3/PR e do CPF nº 166.893.489-20, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de fevereiro de 1985, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Procuradoria Geral, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02, o período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 072/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 508, datado de 12/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à EVERLEI TEREZINHA CLETO, matrícula nº 40614, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotada na Diretoria Legislativa da Casa, três (03) meses de licença especial por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02, nos termos do parágrafo único do artigo 247 da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e, juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 073/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12686, datado de 17/12/07, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à MARIA FRANCO DA LUZ, matrícula nº 40740, portadora do RG nº 1.043.667-2/PR e do CPF nº 359.882.589-72, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02/06/86, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, lotada no Gabinete Parlamentar do Deputado Antonio Anibelli, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07, o período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 074/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12693, datado de 17/12/07, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à ANA LUCIA DE LARA COSTA, matrícula nº 40895, portadora do RG nº 5.317.860-0/PR e do CPF nº 724.219.759-72, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/07/89, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, lotada na Procuradoria Geral, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 075/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12417, datado de 10/12/07, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à LUCI DE FATIMA SILVA, matrícula nº 40472, portadora do RG nº 3.479.868-0/PR e do CPF nº 727.731.979-68, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/05/88, ocupante do cargo de Bibliotecária, nível NTC-02, lotada na Biblioteca, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01/05/98 e 01/05/03. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 076/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 118, datado de 15/01/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à REGINA CELIA KLINGUELFUS MENDES, matrícula nº 40363, portadora do RG nº 3.300.065-0/PR e do CPF nº 582.997.349-91, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/07/89, ocupante do cargo de Dentista, nível NUE-01, lotada na Coordenação de Serviço Médico Odontológico da Casa, nos termos do artigo 250 e seu parágrafo único da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 838, datado de 18/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à MARIA APARECIDA DO PRADO CAMARGO, matrícula nº 40365, portadora do RG nº 4.078.556-6/PR e do CPF nº 567.200.509-82, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/03/84, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, lotada na Diretoria de Serviços Especiais, nos termos do artigo 247 da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 079/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 830, datado de 18/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à SUZANA OZORES, matrícula nº 40533, portadora do RG nº 731.968-1/PR e do CPF nº 610.488.449-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 10/06/85, ocupante do cargo de Digitador, nível NTC-03, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, nos termos do artigo 247 da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 080/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 844, datado de 18/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à ANA CRISTINA CANORO, matrícula nº 40.943, portadora do RG nº 3.230.240-8/PR e do CPF nº 510.642.789-49, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 15/09/87, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-02, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, nos termos do artigo 247 da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 081/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 550, datado de 12/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ITAMAR SIMER, matrícula nº 40682, portador do RG nº 5.025.048-2/PR e do CPF nº 641.669.969-91, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/03/90, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01, lotado no Protocolo Geral da Casa, nos termos do artigo 247 da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 082/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 534, datado de 12/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à ANA RODRIGUES DE CAMARGO, matrícula nº 40337, portadora do RG nº 2.080.798/PR e do CPF nº 392.137.069-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/03/84, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, lotada no Setor da Água, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 0 41, de 31/12/03, a partir do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 083/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 960, datado de 19/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à CIRLETE CARVALHO RIBEIRO CORTELETE, matrícula nº 40.600, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/07/85, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, nos termos do artigo 247 a Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 152/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 747, datado de 14/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar o Ato da Comissão Executiva nº 1697/07, publicado no Diário da Assembléia nº 091 de 13/08/07 e reverter a aposentadoria de BASÍLIO CABRERA, matrícula nº 40029, portador do RG nº 154.060 e CPF nº 379.724.219-00, nos termos do artigo 115 da Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 182/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1095, datado de 25/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a JORGE NAROZNIAK, matrícula nº 104, portador do RG nº 417.591-3/PR, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 17/07/84, ocupante do cargo de Jornalista, nível NUE-05, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, nos termos do artigo 247 da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01/10/99 e 01/10/04. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.03.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 183/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 489, datado de 11/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à MARIA ODILIA RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 40328, portadora do RG nº 433.870/PR e do CPF nº 318.430.939-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/03/84, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, lotada na Barbearia, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 041, de 31/12/03, a partir da data de sua opção.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.03.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 185/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1335, datado de 29/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à MARLENE APARECIDA DO VALE, matrícula nº 40018, portadora do RG nº 1.525.556/PR e do CPF nº 316.542.409-82, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 05/07/79, ocupante do cargo de Agente de Saúde,

nível NUD-03, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico, nos termos do artigo 247 a Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.03.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral**Portarias**

PORTARIA Nº 024/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 11824, datado de 22/11/07, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar a Portaria nº 13/08 no sentido de, onde consta “revogar a Portaria nº 135, de 23/10/07”, passar a vigorar como: revogar a Portaria nº 231, de 07/11/07.

Gabinete da Diretoria Geral, 25.02.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 048/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1719, datado de 11/03/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder ao funcionário ONI RIBAS BUENO, matrícula 40705, licença de 27 (vinte e sete) dias para tratamento de saúde de seu irmão, a partir de 06/02/08 com término em 03/03/08, CID.10 G91.

Gabinete da Diretoria Geral, 12.03.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 049/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1463, datado de 05/03/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, DIRLEI THEREZINHA SPAGNOL DE MOURA, matrícula nº 41059, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 03/03/08 com término em 01/07/08, CID.10 S93.4.F43.2.T80.2+I05.9.

Gabinete da Diretoria Geral, 12.03.08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

